

---

## 006ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 03AGO2016

**(Texto com revisão.)**

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Luís Espíndola Lopes):** Boa noite a todos. Leio o Edital: “Audiência pública com o objetivo de debater acerca do uso de espaços públicos em Porto Alegre. O Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, convida a comunidade porto-alegrense para a audiência pública a ocorrer no dia 3 de agosto de 2016, às 19 horas, no Teatro Glênio Peres da Câmara Municipal de Porto Alegre, localizado na Av. Loureiro da Silva, nº 255, nesta Capital, com o objetivo de debater o tema acima referido. Gabinete da Presidência, 15 de julho de 2016. Ver. Cassio Trogildo, Presidente.”

Convidamos para compor a Mesa desta audiência: Sra. Fernanda Melchionna, Presidente desta audiência; Sr. Ricardo Bordin, representante do Arteiros de Rua; Sr. Rafael Pavan dos Passos, Vice-Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil/RS; Sr. Fábio Cunha, Presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Rio Grande do Sul; Sr. Eber Marzulo, da UFRGS; Sra. Rosimeri Chaves, representante do Poder Executivo.

A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, Presidente desta audiência pública, está com a palavra.

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** Boa noite a todos e a todas. Declaro aberta esta audiência pública. Informo que estão abertas as inscrições; regimentalmente, são dez inscrições, que já podem ser feitas com o Sandro, Assessor desta Câmara Municipal. Quero agradecer a presença de todos e dizer que o Sr. Eber Marzulo é professor e urbanista da Universidade Federal do RS. Durante esta audiência registraremos as presenças. Felizmente temos vários coletivos, vários ativistas, vários movimentos sociais que trabalham em defesa dessas lutas. Neste momento, registramos a presença da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon; do ex-Prefeito Raul Pont; da ex-Vereadora Margarete Moraes; da Agapan; do Comitê Cidade que Queremos; do MTST, que está lutando no Ocupa DEMHAB, sofrendo com a ausência de diálogo da Prefeitura; do Oigalê, um dos coletivos presentes; do CEI e dos jovens lamentavelmente criminalizados no Estado do

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 03AGO2016

---

Rio Grande do Sul neste momento; do Matheus Chaparini, jornalista do Jornal Já, que infelizmente está sendo criminalizado por cumprir o seu dever, a sua profissão, ele está aqui como jornalista – queremos registrar a tua presença e, ao mesmo tempo, ser solidários contigo e com os outros nove que estão sendo criminalizados no Estado. Um Estado que não paga e que não respeita os trabalhadores, parcelando os salários, e que trata, lamentavelmente, os movimentos sociais como se fossem criminosos. Chega de criminalização de movimentos sociais! Vocês têm a nossa solidariedade. (Palmas.)

Nós pedimos esta audiência pública logo depois que tivemos uma lamentável surpresa em maio deste ano. Como todos sabem, esta Câmara, junto com os movimentos, se debruçou sobre a lei do artista de rua. Em 2013, conseguimos, com a pauta da CECE e da CEDECONDH, aprovar, junto com os artistas, uma lei que não deveria ser necessária, em função de que a arte é garantida pela Constituição, mas, diante das prisões dos artistas, fez-se necessária. Nós tivemos uma proposta de decreto no ano passado que foi derrotado pela mobilização dos artistas e da cidadania, inclusive houve uma audiência lá no Teatro Renascença. E nós, neste ano de 2016, fomos lamentavelmente surpreendidos com uma proposta de decreto que previa não só o ataque à arte de rua como também a cobrança de espaços públicos inclusive para atividades esportivas, culturais e recreativas. Nós temos a cópia do decreto, depois houve uma segunda versão.

Quero agradecer a presença da Rosi, que está neste grupo de trabalho; a gente sabe que infelizmente aqueles que comandam muitas vezes não vêm na audiência pública ouvir a cidadania, nós temos o maior respeito pelos trabalhadores concursados da Prefeitura – eu quero deixar este registro. Infelizmente, trata-se de uma lógica de privatizar os nossos espaços públicos, o que, se fosse aprovado, permitiria a cobrança por metro quadrado, definindo os impactos e os tipos de atividade por baixo, médio e longo impacto. Nós já tivemos experiências lamentáveis em algumas cidades – aqui há vários artistas entre nós –, a exemplo de Belo Horizonte, que tem um decreto aprovado recentemente; do Rio de Janeiro, que já vem perseguido a arte de rua; e de Gramado também. Eu estava falando com o Pascal, que estava indo viajar – eu não tenho certeza se é no Rio de Janeiro que o Ói Nós Aqui Traveiz tem apresentação –, e a Prefeitura de lá quer cobrar dois mil reais pela apresentação de peças deste grupo tão maravilhoso e que enriquece tanto a nossa cultura porto-alegrense. Vejam que, infelizmente, nessa lógica de privatização dos espaços públicos, as apresentações já estão sendo cobradas naquela cidade. Eles não

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 03AGO2016

---

podem estar aqui hoje, mas fiz questão de fazer esse registro, porque, infelizmente, não é um céu azul.

A audiência funciona com essas entidades à Mesa, sendo que vamos ouvir, durante 20 minutos, a apresentação do grupo de trabalho, que a Ada vai apresentar em relação ao decreto. O decreto, como vocês sabem, não é aprovado pela Câmara de Vereadores, infelizmente é uma prerrogativa do Governo assinar os decretos, muito embora, na nossa opinião, qualquer decreto desse tipo seja claramente inconstitucional, pois fere a Constituição Federal, a liberdade de expressão, a liberdade artística, a liberdade de reunião. De qualquer maneira, como essa minuta de decreto vazou, e sabíamos que havia a tentativa de assinar em julho, combinamos que faríamos uma audiência pública para que os movimentos se manifestassem.

Nós achamos que esse decreto não responde aos interesses da cidade de Porto Alegre; ao contrário, ele privatiza os nossos espaços públicos. Serão 20 minutos para a apresentação do grupo de trabalho, para toda essa sistemática com a Ada e com a Rosi, e, depois, mais 20 minutos serão divididos entre cada uma das cinco representações presentes à Mesa, para logo após ouvirmos as dez inscrições do plenário. A partir daí, poderemos fazer os encaminhamentos, que esperamos venham a somar nessa luta maravilhosa que existe na cidade de Porto Alegre. Não é a primeira nem a segunda vez que vemos uma tentativa de restringir os espaços; ao mesmo tempo, não é a primeira nem a segunda vez que vemos a resistência ativa em manifestações de rua, e também temos este teatro lotado na noite de hoje. Uma boa audiência a todos nós. Eu quero, imediatamente, passar a palavra para a Rosimeri da Silva Chaves.

**A SRA. ROSIMERI DA SILVA CHAVES:** Eu só queria falar de uma questão primordial. Recebemos ontem o convite para esta audiência pública. Eu só recebi o convite porque a Fernanda Melchionna me ligou; eu fui procurar o convite, e ele estava no protocolo do Poder Executivo, não tinha sido encaminhado ainda para o nosso setor, e o convite era para falar sobre o uso do espaço público – fomos convidados para falar sobre esse tema. A manifestação que a minha colega vai fazer é sobre isso, depois eu posso falar exclusivamente, então, sobre a questão do decreto. Esclareço que o convite recebido ontem se refere ao uso do espaço público. Quando o recebemos, analisamos e vimos que era muito abrangente o assunto, então resolvemos escolher alguém da SMURB para

---

falar, pois tem uma visão mais geral sobre o tema. Passarei, então, a palavra à minha colega Ada, professora e arquiteta.

**A SRA. ADA RAQUEL DOEDERLEIN SCHWARTZ:** Boa noite a todos. Dentro dessa visão colocada pela colega Rosi, a gente traz aqui uma visão geral de planejamento urbano, inclusive para embasar muitas das discussões que vocês forem fazer a respeito de propostas que venham do Executivo ou do próprio Legislativo.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

**A SRA. ADA RAQUEL DOEDERLEIN SCHWARTZ:** Então, é uma visão geral de planejamento urbano. Eu sou arquiteta da Secretaria Municipal de Urbanismo, arquiteta concursada, e estou na coordenação de estudos urbanos.

É importante a gente entender que o espaço público está muito vinculado ao que a gente chama de funções urbanas – habitar, trabalhar, recrear e circular –, mas especialmente o trabalhar, o recrear e o circular acontecem nos espaços públicos e estão relacionados a direitos previstos na Constituição, o direito de se reunir e o direito de ir e vir, como direitos sociais e direitos e deveres individuais e coletivos. É a partir, então, dessa ótica que a gente começa pontuando o uso do espaço público.

Para a gente conceituar e todo mundo entender o que é o espaço público, logradouro público não é somente parque e praça; na realidade, é qualquer espaço público: avenidas, ruas, praças, jardins, parques, largos, etc. Então, é qualquer tipo de espaço público. O que acontece? O espaço público abriga uma série de relações humanas e seus interesses. Como ele abriga, ele pode também condicionar essas relações e esses interesses. Então, a gente tem que entender aqui que o espaço público é um elemento ativo na nossa sociedade, porque influencia as nossas experiências de espaço e de socialização entre as pessoas. Então, influenciando, o espaço público pode atuar tanto positivamente quanto também na geração de conflitos. O espaço público tem essa característica, é importante a gente entender que existem as duas questões.

Como são os nossos logradouros, os nossos espaços públicos? Aqui a gente tem imagens de cenários diferentes da cidade para a gente entender que tudo é espaço público, não é? Seja ele mais arborizado ou menos arborizado, mais verde ou não verde.

---

Temos tipos diferentes de espaços públicos. E aqui, de novo, vários cenários postos. Nestes espaços, então, a gente faz a função circular, recrear, enfim, viver. O que acontece? A maneira como a gente acessa o espaço público organizado, planejado, projetado nos dá acesso ao espaço urbano da cidade, ao sistema de transporte, a artefatos e produtos que existem nesses espaços públicos, à informação e comunicação da própria cidade, que é importante para a gente interagir na cidade, deslocar-se, etc. Através disso, a gente consegue chegar aos locais mais desejados, com autonomia, liberdade e segurança. Então, é importante a gente entender que espaço público é um sistema. E, fazendo isso com autonomia, liberdade e segurança, em última instância, a gente está influenciando na qualidade de vida do cidadão e, por consequência, na saúde. Então, falar sobre espaço público, de uma maneira geral, envolve muitos aspectos.

Aqui é para a gente entender o que a gente tem e o que a gente poderia ter: simulações da nossa cidade, poderíamos ter uma cidade assim, com uma maior apropriação desses espaços públicos pela população. Hoje nós temos assim, mas poderíamos ter assim. Creio que todos vão concordar que todos nós desejamos espaços públicos mais humanizados. Nós temos assim e poderíamos ter assim. Nós temos assim e poderíamos ter assim ou assim.

Enfim, que atores influenciam, então, nos espaços públicos? É importante todos nós nos enxergarmos aqui e entendermos essa dinâmica. Existe, então, o governo, enquanto União, Estado e Município, e perguntam: “Ada, por que não é só Município?” Porque Estado interfere no espaço público através das redes de energia subterrâneas ou aéreas, por exemplo. E a União também instala, por exemplo, caixas de correio nas calçadas. Enfim, todos eles agem sobre o espaço público, cada um dentro da sua lógica; e há um interesse. Que interesse? Seja o interesse social, seja o interesse político. E, dentro desse *locus* – União, Estado e Município –, há um interesse social e um interesse político a ser buscado em cada intervenção. Quem mais interfere nos logradouros públicos? O indivíduo, os grupos e a sociedade. Correto? E com que interesses? Interesses individuais, interesses do próprio grupo, interesse coletivo, enfim, da sociedade no geral. Há, então, todas essas dimensões, e todas elas são legítimas, assim como são legítimas também as de cima. E nós também temos comerciantes e empresas privadas que atuam no espaço público. “Como, Ada?” Por exemplo, as empresas de internet, de Net, enfim,

---

que inclusive prestam serviços. Então, todos esses agentes interagem no espaço público com diferentes interesses.

O que acontece? Qual é o papel do governo, enquanto União, Estado e Município, em relação ao espaço público? É fazer a regulação desse espaço público, definindo como ele deve ser utilizado; é prestar serviços nesse espaço público, então o Município é muito mais presente nesse sentido, e também há a função mediadora. A sociedade o que tem? Tem uma função social, um interesse, seja uma função desejada como repercussão cultural, por exemplo, seja, enfim, qualquer outra dimensão dessa sociedade atingida através da função social. E aqui a gente tem também, em relação ao terceiro agente, a função econômica e a própria função de serviços, como, por exemplo, o privado pode fazer fornecimento de serviços, como eu comentei, e ele também espera lucro com isso. Nós temos todos esses agentes – estamos falando desse universo de interferências – com diferentes pesos, com diferentes instrumentos, com diferentes responsabilidades e também com diferentes direitos. Certo?

Bom, uma pergunta: será que os logradouros públicos geram exclusão social? Quando a gente pensa os espaços de uma cidade – a gente fala do espaço público, do espaço privado, do espaço coletivo, todos esses tipos de espaço –, o que acontece? Dependendo da maneira como o espaço da cidade, o espaço que é de acesso a todos, se configura, quando a gente pensar pela lógica de utilização de um indivíduo, a maneira como esse espaço está organizado vai condicionar as práticas sociais dessa única pessoa, podendo limitar ou condicionar. Correto? Então, a maneira como o espaço está organizado pode facilitar ou dificultar que esse espaço seja utilizado por uma única pessoa. E podemos pensar, por outro lado, na maneira como os grupos ou a sociedade usam o espaço, na realidade isso materializa o espaço. A maneira como ele está organizado para atender os grupos ou a sociedade materializa a visão de mundo dessa sociedade. E aí a gente tem uma discussão muito interessante. Então, a maneira como o espaço está organizado para atender essa sociedade ou para atender um grupo demonstra o valor que a sociedade dá às diferenças físicas e sociais que ocorrem no espaço. A maneira como o espaço se organiza demonstra claramente qual a visão de mundo que essa sociedade tem e que valor ela dá. Enfim, quando o espaço da cidade não é adequado, seja para o indivíduo ou para a sociedade, gera nas pessoas a sensação de pertencerem a uma minoria que está excluída da cidade. Isso gera uma exclusão espacial e, por consequência, uma

---

impossibilidade de as pessoas vivenciarem esses espaços da mesma maneira, em função, enfim, dessas barreiras postas. Então, se o espaço público não está adequado, gera exclusão espacial, que gera exclusão social. Ou seja, afasta as pessoas das experiências espaciais e de socialização.

Uma das coisas extremamente importantes e benéficas para o espaço público, e é uma tendência em todas as cidades do mundo, é a retomada pela sociedade da apropriação do espaço público. Isso é muito importante, porque, em todas as cidades, ocorreu o fenômeno de as pessoas se recolherem, saírem do espaço público, o que fez com que ele se tornasse extremamente inseguro, e agora há esse movimento mundial – Porto Alegre está dentro dessa onda – de retomada dos espaços públicos. O termo correto é *placemaking*, seja por vaga viva ou um nome característico de cada tipo de apropriação, mas é algo extremamente benéfico para a cidade.

Lembremos das três subdivisões dos espaços públicos, e aí, se União, Estado e Município não interagem entre si, não trocam idéias; se sociedade, grupos, indivíduos não trocam ideias ou intenções a respeito do espaço público; se as empresas – porque elas fornecem serviços – não interagem entre si; se cada um desses entes também não interagem entre si, a consequência imediata é o surgimento de conflitos no uso dos espaços públicos. Quais tipos de conflitos podemos ter? O de regulamentação, porque todos criam legislações, regramentos que muitas vezes são conflitantes entre si. Não há um acordo, uma lógica dada, então há conflito de regulamentação. Pode haver conflito de ocupação, quando, por exemplo, um grupo ou indivíduo resolve ocupar um espaço e o outro também. Há o conflito de utilização, porque, de repente, a gente pode ter agentes diferentes, ou o Governo e empresas ocupando solo, subsolo, enfim, pode gerar um conflito. Por consequência, cito o conflito de responsabilidade, porque, dentro dessa lógica, todos esses agentes, ao mesmo tempo em que têm direitos, têm deveres. Então, são conflitos de responsabilidade: a quem cabe implantar? A quem cabe fiscalizar, manter ou gerenciar toda essa lógica que acontece no espaço público?

O que acontece? Os espaços públicos resultam como consequência da ação de diversos atores – isso é muito importante entender, não é só o poder público municipal –, de interesses e funções. Se não bem gerenciado, facilita o surgimento de conflitos de várias naturezas. Temos aqui o exemplo da calçada, um espaço de conflito por excelência, porque nele há elementos que são impostos pelo Governo Municipal, pelo Governo

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 03AGO2016

---

Estadual, pelo Governo Federal, por empresas privadas, pelo indivíduo, por um grupo, pela sociedade. Aqui a gente tem imagens desses conflitos, para deixar claro. Quando a gente tenta entender esses espaços, a apropriação e a maneira de utilizá-los, tem de ser vistos também com muito cuidado em relação às pessoas que têm alguma dificuldade de utilizar esses espaços, que são justamente os grupos mais vulneráveis.

Então, o que o poder público municipal regra dentro dessa história? Podemos dizer que a configuração da cidade é a soma da maneira como está configurado o espaço privado na sua face exterior, ou seja, a aparência do volume edificado, a configuração do próprio espaço público, mais a relação entre privado e público. Mas é interessante dizer que a soma do privado e público tem uma intenção. No Plano Diretor, nós temos a estratégia do uso do solo – aqui à esquerda. Que elementos nós teríamos para regular o espaço público em Porto Alegre? Estratégia de estruturação urbana, qualificação ambiental, mobilidade urbana e promoção econômica. Só que o privado tem um plano regulador no Plano Diretor, mas a questão pública não existe como um instrumento específico. Isso não existindo, o que se tem como consequência? Todos os órgãos, tanto do Executivo como do Legislativo, propõem várias e várias sugestões de atuação sobre o espaço público, e não há uma coerência final. Aqui temos uma foto para verem o que acontece: calçada, SMOV; árvores, SMAM; mobiliário, EPTC; aqui, CEEE; aqui, DIP; lixeira, DMLU; vários entes. Aqui temos ente privado, propagandas.

Para vocês terem uma ideia, no Plano Diretor há bem poucos os artigos falando especificamente de espaço público; diz como orientação ser necessário valorizarmos prioritariamente o espaço público na cidade. Foi previsto um sistema de espaços abertos para englobar tudo que tem na paisagem, fazer uma coesão entre as coisas, porque isso não existe; e há outros artigos pontuando algumas relações específicas. Isso é o que nós temos do Plano Diretor, são bem poucos artigos. Na última revisão, foi previsto um artigo com um mapa dos espaços públicos, para enxergarmos todos e as suas conexões, mas ainda não o temos.

Para reflexão, colocamos que vários agentes configuram o espaço público: o que, de fato, cabe ao cidadão e qual o peso da sua responsabilidade? O que, de fato, cabe aos demais agentes e qual o peso das suas responsabilidades? Temos projetos de via para carro: até que ponto temos projetos de espaços públicos e de circulação de pessoas? Até que ponto espaço público é simples consequência da ação dos vários agentes? Como o Executivo



---

aborda a questão da criação dos espaços públicos? A calçada, sendo um espaço público, não deveria fazer parte do projeto da via? Até que ponto os espaços públicos são acessíveis de fato, podendo ser usufruído por todos? Onde está a dimensão econômica do espaço público comentado aqui? Temos instrumentos urbanísticos legais para subsidiar a implantação de novos projetos de espaço público e para qualificá-los e criar mais espaços adequados às pessoas? Quem auferir lucro privado sobre a utilização do espaço público vai ressarcir a sociedade para viabilizar a qualificação desses espaços públicos?

É um questionamento posto aqui para vocês entenderem toda a lógica posta, mas lembrando que temos que resguardar a dimensão humana do uso do espaço. Por exemplo, temos grandes eventos na cidade em que se fecham ruas, mobilizam-se serviços públicos, priva-se uma boa parte da sociedade do uso desses espaços, e há algum retorno para a sociedade? Fica essa questão. Por mais que a sociedade apresente um discurso que condene a exclusão social, os espaços que criamos na cidade falam por si mesmos. Quando os espaços públicos de uma cidade não servem para todos, as pessoas não os vivenciam, e o que a gente tem? A cidade parece ser de ninguém! Então a apropriação é muito importante e extremamente positiva. Assim termino minha fala.

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** Obrigada, Ada.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** De preferência que seja o arquivamento dele. Justamente nesse sentido, o tempo já tinha esgotado, os 20 minutos, mas nós não podemos iniciar uma audiência... Nós sabemos de boa parte da nossa posição, mas sem ouvir a questão do decreto, que vazou em maio, depois foi publicada uma segunda versão... Existe um grupo de trabalho, e boa parte teve acesso pela Internet; quem não tiver acesso, pode levantar a mão que daremos cópias. Nós vamos ouvir da Rose, vamos abrir mais quatro minutos, para especificamente ouvir sobre o decreto e sobre a situação que queremos: que ele seja arquivado e não publicado.

**A SRA. ROSIMERI DA SILVA CHAVES:** Primeiramente, o convite que recebemos não é sobre o que tu falaste, foi para falar sobre o uso do espaço público.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**A SRA. ROSIMERI DA SILVA CHAVES:** Eu tenho o ofício, se vocês quiserem ver, recebi ontem, como eu falei. Recebi um convite para falar sobre o uso do espaço público. Pois então, não fui eu que fiz o chamamento da audiência pública – eu compareci. Primeira questão, no ano passado, sobre a questão da primeira minuta de decreto, não vazou. O Vice-Prefeito Municipal de Porto Alegre chamou para uma reunião – está aqui a Sofia Cavedon e a Fernanda Melchionna para dizer que é verdade o que estou falando – no seu gabinete onde entregou a minuta e disse: “Gostaria que vocês discutissem isso na Câmara de Vereadores”. A minuta foi entregue, no ano passado, para chamar o debate. Diante do debate, que eu sei que teve uma audiência pública, no Teatro Renascença...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**A SRA. ROSIMERI DA SILVA CHAVES:** Eu estava lá, estava o Vinícius também, representando a Secretaria Municipal de Cultura, onde, nessa audiência pública, se discutiu que seria feita uma cartilha e se discutiria a questão dos artistas de rua e tudo mais. Então a minuta não vazou... Naquela reunião...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**A SRA. ROSIMERI DA SILVA CHAVES:** Chamem como quiser. Eu estive na reunião, o Vinícius estava, o Governo estava lá, e a discussão foi sobre essa minuta que o Vice-Prefeito divulgou para a Sofia Cavedon e a Fernanda Melchionna – corrijam-me se eu estiver enganada; questão número um.

Questão número dois: essa minuta que está sendo escrita agora, de decreto, é uma minuta, ela não pode ser tema de debate porque não está concluída, e visa organizar os eventos da Prefeitura. Atualmente, ...

(Manifestações fora do microfone. Inaudível.)

**A SRA. ROSIMERI DA SILVA CHAVES:** Vocês querem ouvir ou não querem ouvir? Vocês me chamaram para ouvir e não querem me ouvir, é isso? Então, o que estamos fazendo?...

(Manifestações fora do microfone. Inaudível.)

**A SRA. ROSIMERI DA SILVA CHAVES:** Eu concluí, porque não querem ouvir...

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** Gente, eu não interrompi a Rosi, até por que algumas coisas precisam ser corrigidas. Se a Câmara mandou ofício errado, e eu acredito, chegou ontem só na Prefeitura, eu mesma liguei para a Prefeitura falando da audiência, que era sobre o decreto que já estamos há mais três meses discutindo, são minutas diferentes. Houve o envio da minuta do ano passado, nós estivemos lá, divulgamos para os movimentos, e, graças à luta dos movimentos, aquela minuta de decreto foi derrotada numa ouvidoria, ou em qualquer espaço que a gente queira chamar o que houve no Renascença. O fato é que a luta concreta dos artistas derrotou aquela minuta de decreto, que tratava especificamente da arte de rua.

Em maio deste ano, vazou um novo decreto, que é muito mais amplo, que trata, inclusive, da cobrança para atividades esportivas, para atividades culturais, para atividades religiosas, inclusive, para atividades comunitárias, que definem eventos entre baixo, médio e grande impacto.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** Exatamente. Não, não, só um pouquinho, Marcelo. Da Prefeitura comparecem os técnicos do Governo – e eu tenho o maior respeito pela Rosi –, os quais, muitas vezes, vêm substituir quem deveria verdadeiramente estar aqui: o Secretário, o próprio Prefeito, o Vice-Prefeito – todos eles, para a gente começar o debate. Mas nós não queremos partir do nada; vazou uma minuta de decreto, depois, veio uma segunda versão, que foi enviada a nós, foi enviada ao

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 03AGO2016

---

SATED. Nós socializamos, fizemos reunião aqui com artistas, enfim, discutimos a minuta, discutimos a nossa posição, o Ocupa Minc também. E nós chamamos uma audiência, inclusive, como parte de uma discussão e de uma compreensão que a Cidade precisa ser ouvida, que a cidadania precisa ser respeitada, que chega de privatização do Cais, que chega de privatização da orla, que chega de desrespeito aos artistas. Mas nós precisamos saber em que pé está o decreto, perguntando isso a Rosi. Bom, se o ofício da Câmara chegou ontem, acho que foi um erro da Câmara, e aqui faremos um registro interno. Mas eu mesma falei com a Rosi por telefone, falei que nós queremos discutir a minuta de decreto. Queremos saber: o GT existe, ou não existe; como está a proposta de decreto; a Prefeitura, o Governo aceitou a reivindicação dos movimentos que esse decreto não seja publicado? Queremos saber essas coisas mais concretas para podermos fazer a audiência, porque, senão, nós vamos ficar discutindo, é verdade, cada um com a sua percepção do decreto, que é um pouco do que o Marcelo falava, mas não vamos saber o que, de fato, está acontecendo lá nesse GT, criado pela Prefeitura, sem os movimentos sociais, sem a Câmara de Vereadores, sem os artistas, sem os representantes das feiras.

Então, eu acho que é essa ideia para começarmos a reunião. Eu queria passar esses três minutos para a Rosi nos dar esse informe; a ouvimos e aí a Mesa fala, e os dez inscritos falam também para podermos fazer uma boa audiência, que passe o recado de todo mundo, que eu tenho a convicção que é contra a privatização dos espaços públicos.

**A SRA. ROSIMERI DA SILVA CHAVES:** Esta minuta de decreto que está sendo elaborada, que nós convidamos já todo mundo que quiser participar da elaboração, e não recebemos nenhuma sugestão até agora. Ela está sendo elaborada para organizar e desburocratizar os requerimentos de uso de espaço público que já acontecem em Porto Alegre. Eu trouxe aqui alguns números, só para vocês saberem, que como já falei que foi ontem que recebi, não deu para conseguir todos os números. Mas só na EPTC... Para você saberem como funciona hoje, que é caótico, e é isso que nós queremos arrumar. Está expresso no art. 1º que isso não se aplica a artistas de ruas, nem a manifestações político-sociais, manifestações garantidas pela Constituição Federal. São eventos que já pedem autorização para o Município. Bom, eu ia falar do procedimento na EPTC, que é ridículo, e isso que nós estamos tentando arrumar, porque nós percebemos que é

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 03AGO2016

---

burocratizado e queremos organizar. Hoje, se tu queres fazer um evento na praça, tu tens que fazer um requerimento na SMAM; se há alimentação, se vende qualquer produto, tem que pegar autorização na saúde e autorização na SMIC; se o evento vai precisar de qualquer coisa com relação à Infovia, tem que ir à Procempa. E o indivíduo tem que ir a cada lugar, se ele esquece de ir a algum lugar, a fiscalização específica daquele setor que não foi procurado, acaba agindo na fiscalização. E isso causa uma série de problemas e é extremamente burocrático. Se o evento é no Largo Zumbi dos Palmares, tu tens que ir aos Direitos Humanos, pedir autorização na SMIC, na Saúde e na EPTC, se pega um estacionamento. Então, tu tens que ir a vários lugares, sempre conforme o que tu tens que pedir. Nós queremos fazer um formulário, um sistema *on-line*, onde o cidadão entra na Internet, faz o requerimento pela Internet, e encaminha pelo sistema para todos os setores que se manifestam, para o cidadão não ter que ir de órgão em órgão buscar autorização específica. Para quem viu o decreto, viu que lista vinte e tantos setores que se manifestam de acordo com a situação, como o DEP, para saber se tem obra, porque têm pedidos, gente, que são feitos com mais de um ano de antecedência, que são maratonas, eventos esportivos, em que tem que ouvir o DEP para saber se tem obra prevista; se for um evento de alto impacto, tem que avisar ao DMLU, porque vai causar mais produção de lixo. E é por isso que no decreto tem três níveis de impacto, porque, conforme o impacto, tu acionas um ou outro serviço, por exemplo, vai ter que acionar o DMLU. Nós colocamos que a Guarda Municipal somente é acionada quando tem eventos de alto impacto – o impacto é medido pelo número de pessoas e outras coisas que não me lembro agora. O alto impacto também é quando tem alimentação, por questão da segurança alimentar. Então isso foi discutido com vários setores. O decreto visa organizar e desburocratizar. Queremos que, no futuro, a autorização saia *on-line*, ou seja, a pessoa possa imprimir de seu próprio computador, que tenha o QR, o código, que o fiscal possa ler a autorização, sem que o cidadão precise fazer uma peregrinação em diversas Secretarias. É disso que estamos falando. Está expresso que não atinge artistas de rua e qualquer manifestação que exista.

Bom, a EPTC, só no ano de 2015, fez 3.121 autorizações de eventos. Em 2016, até agora, foram 1.189 autorizações. Esses números podem colidir, incluir uma na outra, porque, como falei, não existe hoje uma sistemática. A gente quer criar um evento único

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 03AGO2016

---

para organizar tudo isso, porque hoje cada Secretaria dá uma autorização, como eu falei, se o cidadão esquece alguma, acaba ele ficando prejudicado.

Em parques e praças, até julho de 2016, o Parque Marinha teve 20 eventos; o Parque Farroupilha, 117 eventos; o Moinhos de Ventos, 35 eventos; o Parque Harmonia, 13 eventos, e assim vai. E no anfiteatro e outros 163 eventos. Esses são dados de autorizações da SMAM. O CAR/Centro fez 50 autorizações de eventos até agora. O Largo Zumbi fez oito autorizações, porque ele pega especificamente o Largo Zumbi. Então, esses são os dados que eu consegui recolher até agora. Como eles estão pulverizados em várias Secretarias, não conseguimos uma informação única, e, como eu falei, algum número pode estar repetido. O grande objetivo é organizar, desburocratizar e agilizar a autorização de eventos. Já existe a questão de cobrar eventos; já existe cobrança de espaço público, por um decreto da SMAM, para eventos nas praças e parques – áreas verdes e alguma coisa assim. Achamos que existe alguma certa desorganização, quando tu tens um evento na praça, daí tu cobras; mas se ele está no estacionamento, ele já não paga. E como falou a Ada na sua apresentação, o uso de espaço público, quando tem poder econômico, quando tem o fim de aferir lucro, ele tem que retornar, de alguma forma, para a coletividade. Existe uma discussão de criar um comitê de gerenciamento do espaço público, criar um fundo do espaço público, criar um fundo do espaço público para que esse recurso retorne a ele. Mas não está. Como é uma minuta de decreto que está em discussão, ela não tem nada acabado. Tudo ali são diretrizes que estão sendo colocadas. Mas a grande discussão que tem é reduzir a burocratização, organizar o serviço e acabar com a confusão que acontece. Por exemplo, houve um evento na igreja São Jorge onde a SMIC e a SMAM autorizaram, e esqueceram de pedir autorização para a EPTC. Era num estacionamento e a EPTC foi lá multar os veículos que estavam estacionados em lugar inadequado. Aí foi toda uma discussão, chamaram o Poder Público para dizer: “Ah, mas esquecemos”. E aí faz uma autorização correndo. Isso acaba como ônus do requerente que esqueceu de pedir, e a gente está trazendo esse ônus para o Poder Público, porque somos nós que vamos encaminhar o requerimento *on-line* para as Secretarias que têm que se manifestarem. Certo? Era especialmente isso.

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** O professor Eber Marzulo está com a palavra.

**O SR. EBER MARZULO:** Muito obrigado. Enfim, quero dizer que, na condição de ex-professor da ABA, por um certo momento achei que foi uma bela apresentação sobre a questão do espaço público, fora o problema da questão dos conflitos. Os conflitos que ela apresentou não dizem respeito àquilo que a minuta de decreto apresenta. E, após a fala da Rosi, enfim, entendo que a posição daqui, em geral, dos eleitos e do Executivo expõem os quadros técnicos que mostram o seu alto nível, mas eu me detive no art. 2º da minuta, que diz o que não é, o que está fora do decreto. Está fora do decreto, o mais curioso é que, no § 2º, do art. 2º, que ele não se aplica... O primeiro item é o uso do espaço público para realização de produção audiovisual e fotografia publicitária, ou seja, explicitamente um campo que move com o mercado e, muitas vezes, um mercado milionário e particular a nossa esquina...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**O SR. EBER MARZULO:** *O.k.*, tem um decreto específico, mas ele não está estipulado aqui. De qualquer maneira, é curioso que o decreto tenha isso, no seu segundo artigo. E, no terceiro artigo, vêm uma série de atividades que vão ser regulamentadas. Do ponto de vista conceitual, se nós pensarmos a ideia das considerações iniciais da minuta, que começa com documentos, em geral, dos organismos públicos, com quatro considerações, que ele é um decreto – a princípio me parece, do ponto de vista da discussão do espaço público, do ponto de vista da discussão de urbanismo e de planejamento urbano – desnecessário. Ou seja, não me parece que faça sentido ter um GT para discuti-lo. É possível ter um GT para discutir a questão do espaço público, mas não para discutir essa minuta de decreto, por quê? Porque ela já tem parâmetros, e os parâmetros iniciais dela, parecem-me que são inócuos. E tem um sentido contra o ponto de vista que eu abordo, que é a questão do espaço público, é contraditório algo que seria uma função do Estado, enquanto organismo responsável pela garantia do uso público do espaço público. E não logo de uma possibilidade de privatização e estatização daquilo que é público. Ou seja, se tem, no espírito do decreto, uma contradição com o espírito do papel do Poder Público, do papel do Estado em qualquer de seus níveis, que é de garantia da função do uso do espaço público e não a sua regulamentação para uso. Tu regulamentas o uso dos

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 03AGO2016

---

espaços privados, se, por ventura, for possível em espaços especificamente a serem destinados. Então, parece-me que essa é uma questão de fundo, primeira, em relação ao projeto de minuta, que é absolutamente problemático. Quer dizer, os procedimentos gerais, considerando a organização do uso do espaço público. Não. O que cabe ao Estado é garantir o uso do espaço público, não organizá-lo. A sua organização tem um caráter de paisagismo, de organização das ilhas, etc., não o caráter que o conteúdo da minuta apresenta. Procedimentos gerais para autorização de eventos – desculpem –, isso não é regulamentatório. Isso é um problema de gestão! Eu dou aula, no quarto ano da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, de Planejamento e Gestão Urbana, e sei que isso é uma questão de gestão interna dos diferentes níveis do Estado em nível municipal. Não se trata necessariamente de criar uma regulamentação para decretar algo muito além disso, porque o decreto não se atém a isso. Mas, procedimentos gerais é um problema interno. É um problema interno de Governo; é um problema de governabilidade. Segundo, também me parece quando diz “acesso às informações”, porque não é necessário fazer um decreto definindo a partir de quantas pessoas vai se cobrar o uso do espaço público e ainda para o meu horror – um horror de cidadão, de onde falo enquanto cidadão, além da formação teórico-acadêmica –, porque o sinal que está lá é para onde vai esse fundo. E esse fundo vai para tirar a tração animal das ruas, ou seja, para implementar uma segunda forma de privatização e de elitização do espaço público, que é tirar aquilo que tem um papel fundamental nas grandes metrópoles hoje, que é o recolhimento, por parcela das populações mais pobres, de lixo capaz de ser reciclado e ter, assim, uma possibilidade de efeito de caráter ecológico, na dinâmica interna da Cidade, absolutamente louvável. Quer dizer, o uso dos recursos ainda tem esse problema. Então, do ponto de vista mais teórico e acadêmico, seja com base no paradigma da discussão sobre a questão do direito ao uso público do espaço público, direito à Cidade, seja dentro de um paradigma ecológico, seja sob o ponto de vista de um paradigma da sustentabilidade urbana, ele é um contrassenso, ele é anacrônico, ele não fala de uma cidade do Século XXI, onde a dimensão pública é absolutamente relevante. Particularmente no caso de Porto Alegre, que é uma cidade que entra no rol das cidades do mundo exatamente por uma dimensão de ação pública da sua população, particularmente através da experiência do Interior, bem-sucedida e, hoje, com pouco do



Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 03AGO2016

---

desenvolvimento do Orçamento Participativo, e por ter sido sede do Fórum Social Mundial, ou seja, ela vai à contra-mão da história da Cidade. Em princípio, seria isso.

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** Muito obrigada, professor Eber. O Sr. Ricardo Bordin está com a palavra.

**O SR. RICADO BORDIN:** Boa noite, primeiramente eu gostaria de prestar solidariedade ao Matheus Chaparini que está aqui e foi denunciado pelo Ministério Público como arruaceiro, não sei, eu vi os vídeos. Diziam que ele estava cometendo um crime no Sefaz, que é como dizer que o David Coimbra faz jornalismo na RBS, não é? (Palmas.) Não sei de onde ele tirou o título de doutor, promotor.

Em primeiro lugar, quero agradecer a presença das técnicas que estão aqui. É de praxe a Prefeitura colocar os seus (Ininteligível.). Eu acho que elas fazem um trabalho bem feito, a apresentação está boa mesmo, e a redação do decreto passa por um aspecto técnico. A gente agradece as explicações dos aspectos técnicos e teóricos, mas o que a gente gostaria mesmo é a presença do Sebastião Melo, porque eu não vim aqui debater os desdobramentos políticos desse decreto, nem discutir os termos técnicos dele porque eu acho que é uma questão mais burocrática. Agora, o que incide em cada um desses itens que estão postados aqui é isso o que nós temos que fazer em uma audiência. Colocar um técnico aqui, bem, eu agradeço a presença, realmente a explicação é bastante clara, mas têm outros aspectos que vêm, que brotam desse decreto e que têm que ser discutidos, têm que ser debatidos e não estão sendo debatidos com o Sebastião Melo, que é de onde surgiu esse decreto.

Eu vou me ater a alguns pontos do decreto e repetir alguns pontos que o professor Elber colocou. Várias explicações foram dadas pelo Sebastião, uma delas é que ele se aplicaria a eventos comerciais. Para quem não leu o decreto – está na página dos arquivos da lei – , ele estabelece procedimentos gerais para a autorização de eventos em logradouros públicos; ele não cita eventos comerciais e, de cara, ele já estabelece estabelecimentos gerais para qualquer evento em logradouro público. Há os seus considerandos: organização do espaço público. Será que a gente precisa de um decreto para organizar o espaço público? Ou quão caótica é a utilização que a gente faz do espaço público? Quão caótica é utilização que os artistas da rua fazem no espaço público? A questão dos

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 03AGO2016

---

procedimentos gerais; vou entrar especificamente nesses pontos. Em relação ao acesso, informações e formulários de solicitação, os eventos que a gente promove, fora os mega-eventos, os eventos que a galera que está aqui promove e participa, são bem divulgados pelo Facebook e eu acho que a Prefeitura nunca fez isso através da página deles, nunca teve nenhum interesse em divulgar o Largo Vivo, ou coisas do tipo, eu acho que isso está meio vago, não dá para entender muito bem. A necessidade de autorização prévia para qualquer evento é um dos pontos que o decreto coloca, mas não especifica que tipos de eventos, na verdade, ele enquadra tudo como sendo um evento. Aí tu vais passar um pouquinho para frente, consideram-se, para os fins deste decreto, os eventos: atividade recreativa, política, cultural, religiosa, esportiva, institucional, comunitária, associativa. Bem, tudo é enquadrado como evento. Eu acho que fica um pouco vago. Mesmo que ele exclua os artistas de rua, em função da lei, até que ponto uma atividade, como o Largo Vivo e a Serenata Iluminada, vem enquadrar o artista de rua como um promotor de eventos e não como um artista de rua? Isso fica muito vago para mim. Eu acho que este decreto tem que estar bem claro. E mesmo que se coloquem alguns pontos ali, eu acho que entra em contradição.

Bem, tem a questão de definir baixo e alto impacto e uma cobrança. Como é que tu vais cobrar um evento público, um evento artístico-cultural? Tu vais dimensionar quantas pessoas? Como é que tu vais estipular em via pública? Mesmo que aconteça. Eu sei que acontece no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, em Gramado. Eles querem aplicar isso aqui, mas é maluco. Não vão aplicar isso aqui, não tem como dimensionar isso. Não tem como dimensionar quantas pessoas vão entrar ali, não tem como fazer o perímetro para isso; isso é para dificultar a realização do evento. Não faz nenhum sentido. Eles importam esses decretos de outras cidades e querem aplicar aqui para se medir o evento. O que tu vais fazer? Passou de mil pessoas e tu tens que imprimir uma guia pelo impacto e pagar na lotérica? O que a gente faz? Não tem como, é inviável isso.

Em relação à racionalização dos procedimentos, o Prof. Alex falou: se existe uma necessidade de racionalização nos procedimentos, tu não precisas de um decreto, tu chamas todas as Secretarias e as organiza para que elas se comuniquem direito. Agora, olha, eu vou citar o que o decreto estabelece, alguns pontos que se tem que levar em consideração para a organização desses eventos. Para mim, é uma baita de uma falácia, porque, olha, idealizar um decreto com esses pontos. A manifestação precisará

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 03AGO2016

---

expressamente dos serviços conforme segue: tu precisas de um o.k. do DMLU, da EPTC, da Secretaria Municipal da Cultura – dependendo de cada caso específico, da natureza do evento –, da Secretaria Municipal da Fazenda, da SMIC, da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos, da Secretaria Municipal dos Esportes. Para fazer um evento na Esquina Democrática, tu precisas de algum tipo de autorização da Secretaria Municipal de Governança Local. Se eu vou fazer um ato na Esquina Democrática, por que eu tenho que comunicar a Governança, a SMOV? E daí a gente chega nas partes engraçadas: Guarda Municipal e Brigada Militar. Brigada Militar? Tem aqui, tem aqui.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

**O SR. RICARDO BORDIN:** Precisa: de cópia da comunicação da realização do evento à Brigada Militar sempre quando o evento causar médio ou alto impacto; do croqui do evento contendo a estrutura pretendida; da indicação de providências relativas a sanitários. Como é que eu vou colocar um sanitário no Largo Vivo? Ambulância. Uma empresa responsável pela segurança. Protocolo de alvará de proteção contra incêndio. Vai pegar fogo na Redenção, meu Deus... Declaração de contratação de ambulância... Enfim, tchê, isso daqui tem muito mais (Ininteligível.) políticos do que... Não é simplesmente um decreto técnico. Isso daqui é um decreto político! Isso daqui é para acabar com a possibilidade de decreto! (Palmas.) E a gente sabe que isso já acontece. Mesmo que se traga técnicos para cá e se procure travesti este decreto de uma imparcialidade que não existe, a gente sabe que existe em outras cidades, porque a galera viaja para tocar e para se apresentar em outras cidades. Está programado, vai para o Rio de Janeiro, vai para Belo Horizonte, sabemos que tem que pagar uma barbaridade. Isso é uma restrição.

A nossa posição é a seguinte: não tem negociação de decreto. (Palmas.) Não tem que fazer GT. Não tem nada disso. Não tem decreto, não tem discussão. Isso daqui, no ano passado, o Sebastião já tinha sinalizado que não haveria decreto; ele esperou a poeira baixar e novamente retomou este decreto. Não tem discussão. Não tem decreto. Este decreto é político e não vai ter ato inconstitucional em Porto Alegre. (Palmas.)

---

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** Agora vai falar o Flávio Cunha, pelo SATED.

**O SR. FLÁVIO CUNHA:** Primeiramente, fora Temer, fora Melo, fora PMDB! (Palmas.) Fico feliz de saber...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**O SR. FLÁVIO CUNHA:** Fora Sartori! Desculpem, é tanta gente que acabamos esquecendo.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**O SR. FLÁVIO CUNHA:** Fora Melo, com certeza, espero isso também. Olha só, fico feliz por saber que a polícia está em greve e que, hoje, eu não vou apanhar e nem levar gás na cara, por mais que eu esteja viciado naquele gás. Acho que a gente tem duas pautas. Vou tentar ser rápido, porque são várias coisas, e a gente não pode perder esta oportunidade. Temos duas coisas. Uma é a apresentação do projeto, e a outra é o decreto. Rosi, tu não tens que ficar braba com este povo, porque este povo não te colocou como boi de piranha; tu tens que ficar braba com quem te colocou nesta posição, porque a gente gostaria de ver o Melo aqui e o Prefeito; gostaríamos de ver os Secretários aqui, e não os técnicos. (Palmas.) Queremos falar com eles e não com vocês, com todo o respeito, porque a gente quer bater, sim, a gente está com sangue no olho, porque tu estás vendo: este decreto vai atingir todo o mundo. Tu imaginas que amanhã tem um decreto que vai atingir o teu bolso. Tu vais fazer que nem a polícia, tu vais dizer: “Não saiam para a rua”. Eu queria este poder.

Sobre o decreto, eu quero deixar bem claro que o primeiro decreto que tentaram fazer, no ano passado, era para a Lei nº 11.586, que é a Lei do Artista de Rua. Esse decreto é pauta vencida. Já era. Por mais que fossem prometidas coisas que este governo não fez, como a cartilha para os artistas de rua, *o.k.*, é pauta vencida, isso a gente briga depois. Este novo decreto é a Lei do Artista de Rua. É uma minuta de decreto para a regulamentação dos espaços públicos. Então, a carta que vocês receberam não está

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 03AGO2016

---

errada. Ela é sobre o uso do espaço público em Porto Alegre. Sobre o decreto, eu teria muitas coisas para falar, mas eu queria falar sobre o projeto, porque o projeto me assustou. Eu estou até bem nervoso em falar sobre isso, porque eu vi ali “atores e influências nos logradouros” e aí botaram: “Poder Público”, os três lá, “comerciantes e sociedade”. E cadê os artistas? Cadê a arte? A arte quer atrapalhar o trânsito, quer vir na contramão. Eu tenho este direito de vir. (Palmas.) E está lá na Constituição: art. 5º, inc. IX da Constituição. Eu não preciso de autorização para me apresentar na rua. Eu até entendo que vocês tenham uma problemática administrativa de vocês, mas com este decreto, a problemática vai ser maior. E se vocês não dialogarem, vai ser muito grande esta problemática.

Tu perguntaste como provocação: se ele é de exclusão ou não. Quantos banheiros públicos têm no Centro da Cidade? Nenhum. O único banheiro público da Cidade é embaixo da ponte da Conceição. Banheiros para tomar banho... Hoje nós temos captação de água com energia solar. Cadê esses banheiros? Nossa! Embaixo do Viaduto da Conceição! Quando chove, cai água de montão lá. E estamos perdendo aquela água. E aí tu vens me dizer... Desculpa, quando eu vi a tua apresentação, eu não vi uma foto da periferia, a não ser quando era para dizer que está sujo. (Palmas.) Só as fotos do Centro. Vou além. Sinalização. A gente já começa entrando em Porto Alegre, e a sinalização que diz para Guaíba está depois. Aí eu pergunto: cadê as placas para dizer os espaços culturais da Cidade? Não temos nem no Centro da Cidade dizendo “Theatro São Pedro”. Então, desculpa, está longe, muito longe. Por mais que o Ricardo tente elogiar e, com certeza, tem um bom trabalho, mas falta muita coisa. Estamos longe. Enquanto vocês não dialogarem com o público, enquanto não dialogarem com quem realmente utiliza a rua, nós vamos ficar distantes, e, desculpa, nós vamos ir para a rua, nós vamos tomar gás, nós vamos ocupar, nós vamos invadir, e, se o Melo não vier aqui, desculpa, está com medo, medo dos artistas.

Eu tenho um minuto, mas tinha um monte de coisas para falara. Desculpa-me, aí eu vou querer falar da arte, porque a arte, na minha visão e na de muitos – eu sei que aqui não é o campo para isso –, é de vir na contramão, de vir dessa sociedade consumista. Quando vem o decreto, e os dois decretos querem proibir a utilização da Rua dos Andradas... Nossa, gente... Desculpa, eu tenho que – sim, vivo numa sociedade capitalista – ir ao Centro pagar a minha conta, mas eu posso ter acesso à cultura quando eu vejo uma

---

banda, um grupo de teatro, uma dança na rua. Agora, proibir isso... E aí, tu me dizes lá, como provocação: “É exclusão ou não?”. Sim, nós não falamos nem da periferia, porque eu estou lá na periferia, e ela não é suja assim, não! Apesar de estar suja e largada por esse Governo, por mais que tenha colocado latinha de lixo na Cidade.

Bom, para finalizar, tenho muito coisa do Decreto, no art. 3.º, § 1.º: “Evento e atividade recreativa, política, cultural, religiosa, esportiva, (Problemas técnicos no som.), promocional, comunitária ou não, previamente planejada, inclusive a reunião de pessoas no logradouro público, interferindo nas condições (Problemas técnicos no som.)”. Eu quero interferir, eu quero parar essa porra dessa Cidade! Fora Temer, fora Melo!

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** Nós vamos nos basear pelas inscrições, senão vai virar debate paralelo. Não, tem inscrições, nós ouvimos, o Rafael vai falar, não é Questão de Ordem, quando for, nós encaminhamos. E sobre a questão do sim, só para registrar, existe um decreto que regula a regumentação do som em todos os lugares da Cidade. É uma pena que nem isso a Prefeitura fiscalize, e daí tenhamos que ouvir que a culpa é dos artistas e não da Prefeitura, que não fiscaliza os decretos.

(Apartes fora do microfone. Inaudíveis.)

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** Mas a questão de ordem está feita, já está registrada. Seguiremos com as inscrições. O Rafael está com a palavra.

**O SR. RAFAEL PASSOS:** Boa noite, quero agradecer o convite da Fernanda e dos coletivos, que sei que indicaram a presença do IAB, bem como que eu estivesse representando-o. Bom, quero começar dizendo que nós estamos vivendo cada vez mais uma Cidade onde tudo vira objeto de negócio, inclusive o ócio, inclusive a rua, inclusive a praça. E é mais ou menos isso, inclusive, privatizado também está o debate público. Há um ano, como Vice-Presidente do IAB, estive lá junto com várias pessoas que estão aqui, naquela corruptela de audiência pública, onde, mais uma vez, tratava daquela minuta de decreto que buscava regulamentar uma lei que não precisa a menor regulamentação, que era a Lei do Artista de Rua. E lá se estabeleceu. Lá onde? Inicialmente, em função de uma minuta que foi construída no Gabinete do Prefeito; o Secretário Adjunto da Cultura foi

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 03AGO2016

---

jogado às piranhas. Quer dizer, o autor dessa coisa toda não vem aqui para discutir. Então, está privatizado, inclusive, o debate público. E aí nós chegamos agora aqui, um ano depois, com uma minuta de decreto, que começou com essa grande porcaria, com falhas. Inclusive, eu estava, agora há pouco, olhando, eu estava com a primeira versão, a qual colocava que não ia se cobrar para fazer uma reunião política num lugar público com mais de 30 pessoas. Eu lembrei na hora daquela: “Dois homens fumando juntos pode ser um pouco arriscado”. É mais ou menos isso. Aí, quando, em dois ou três meses, isso surge, já começou a mudar bastante coisa. Mostra o quê? Que o debate público já começa a provocar um outro amadurecimento da coisa. Eu não estou defendendo a negociação, com isso, vejam bem. O que eu estou cobrando é que, naquele um ano atrás, se propôs um Grupo de Trabalho, a Prefeitura aceitou isso, pelo menos, o representante estava lá colocado, e nós nunca fomos convidados. Era para ter um representante de cada área da Cultura. Nós estamos até agora esperando o convite. O IAB se colocou à disposição. Bom, há alguns pontos que nos assustam nessa questão da minuta. Primeiro, hoje em dia, está cada vez mais em questão – talvez no mundo inteiro – as novas formas de ocupação do espaço público. Então, torna quase impraticável qualquer regulamentação, engessa. Nós temos que pensar em incentivar, não em regulamentar, regular. (Palmas.)

E, por incentivo, nós pensamos em colocar boa infraestrutura e bons serviços. Ah, mas de onde vêm os recursos? Bom, nós temos aí instrumentos, tem o Plano Diretor, há mais de 20 anos, esperando para ser regulamentado, como o IPTU progressivo no tempo, que cobra do setor privado, que hoje faz qualquer coisa na Cidade: aprova, desaprova e altera lei a hora que quer. Está aí a ponta do arado para comprovar o que eu estou falando. Então, nós não precisamos captar recurso do pequeno artista que está lá na rua tentando ganhar o seu dinheirinho, às vezes, nem um cachê fixo tem, na maioria das vezes, e ainda já tem que pagar antes de receber. Pelo amor de Deus. E aí nós vamos aguardar uma manifestação favorável da EPTC para parques e praças, ou para o Largo Zumbi, aguardar uma autorização da Secretaria Adjunta do Povo Negro... Ao mesmo tempo em que esse mesmo decreto diz que, no Largo Zumbi, tambor só vai poder em dois dias do ano. Esse era o inicial, depois, com as alterações posteriores, em dois dias do ano, mas em outros dias, se as associações comunitárias liberarem. Ora, só um pouquinho, então nós estamos em um mundo em que novas formas de ocupar os espaços públicos estão

---

em voga, também estão novas formas de organização coletiva, então, não podemos exigir uma associação. Então, nós estamos retrógrados, ou nós estamos claramente como nos colocaram aqui, frente a um ato bastante autoritário, mas, com certeza, ele abre espaço para o autoritário e para o arbitrário, da forma como está posto. E isso talvez seja o mais perigoso que nós podemos estar enfrentando, quando estamos aqui frente a esse decreto. E seguinte, após as 22h, mais de 30 pessoas reunidas na rua, só no Natal e no Ano-Novo.

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** O Fabrício Acosta, do Movimento Serenata Iluminada, está com a palavra.

**O SR. FABRÍCIO ACOSTA GONÇALVES ROCHA:** Boa noite a todos e a todas, nós, do Movimento Serenata Iluminada, estamos aqui nos manifestando, dizendo que não tem decreto. Que decreto? Não existe decreto! Como é que vamos decretar a livre organização das pessoas nos dias de hoje? E parabenizando a apresentação da Ada e da Rosi, eu diria que se o Melo visse essa apresentação, ele retirava o decreto na hora! Porque tudo que elas disseram vai contra o que eles estão propondo em ter um decreto de organização da sociedade civil. Alguns argumentos: a Serenata Iluminada, que ocorre desde 2012 – todos vocês conhecem –, lá temos duas mil pessoas, chegamos a ter de duas a três mil pessoas. Qual o conflito que existe lá? Nenhum. Não tem uma ocorrência policial! Todos nós estamos lá, a diversidade está representada. O argumento: “Todos têm o direito à Cidade”. Então, o seguinte: como não pode ter 1,5 milhão de pessoas dentro da Redenção, nós vamos tirar as três mil que estão lá. Então, o que estamos vendo aqui, na verdade, infelizmente, Rosi, o que demonstraste é uma absoluta falência de gestão desse Governo. Porque o que tu falaste para nós é que a Prefeitura não funciona, é uma esculhambação! Que plaquinha, qual é a rua de Porto Alegre que tem placa? Buraco, obra inacabada, isso é um problema de gestão. Então, para resolver os problemas de gestão da Prefeitura – que não funciona, que não atende as demandas dos cidadãos de maneira adequada – nós vamos tirar eles da rua, porque assim eles não nos incomodam! Essa é a linha de raciocínio que estamos tendo aqui. (Palmas.) Se falou aqui, Serenata Iluminada. Qual o nosso problema lá? Não tem banheiro, não tem lixeira! Nós mesmos, da maneira organizada que nós somos, civilizados que somos, recolhemos o



Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 03AGO2016

---

lixo. Quando tem futebol, no outro dia, os carros precisam passar nas avenidas, então, o lixo está todo recolhido, os nossos trabalhadores da Prefeitura, terceirizados, vão lá e recolhem todo o lixo. Quando nós estamos na praça lá, que é o povão e tal, reunidos, então, não precisa recolher o lixo. E aí a Redenção amanhece – se não recolhermos o lixo – com o lixo ali, com os detritos ali na praça. Então, o que eu acho que o que temos que defender é que não tenha decreto de maneira alguma. Um outro probleminha, a colega e funcionária Rosi disse que ela quase não veio aqui, porque tinha um ofício da Prefeitura que ficou preso no protocolo, o qual ela não recebeu e quase não veio na reunião. Imaginem se todos nós resolvermos fazer uma atividade no sábado. Não vai funcionar, não tem como, porque, internamente, a Prefeitura não vai funcionar. Se é um problema da gestão desta Prefeitura, que transformou a Cidade numa esculhambação, que ela vá resolver os seus problemas de gestão. E não são os funcionários os culpados! E a inconstitucionalidade... não precisamos nem entrar nesse assunto. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** Obrigada. Com a palavra a Sra. Núbia.

**A SRA. NÚBIA BRIGNOL QUINTANA:** Defender a alegria pública nesta Cidade que um dia foi Porto Alegre e caminha rapidamente para se chamar triste *shopping*, não podemos esquecer disso. Cá estamos, de novo, enjoados com a indigestão da municipalidade indigesta. Lembrando a Constituição Nacional: é livre a atividade intelectual artística, científica e de comunicação independente de qualquer autorização. Art. 5º da Constituição Nacional Brasileira. Isso já deixa claro que a minuta de decreto é, no mínimo, inconstitucional, porque contraria a nossa Constituição, que nos libera para sermos quem somos, irmos e virmos quando queremos. A rua é pública, a praça é nossa; nós, povo, ocuparemos os espaços e as brechas da sociedade, independente da vontade gentrificadora do Poder Municipal. Poder Municipal este que é patrocinado e apoiado pelas organizações de comerciantes e industriários que não querem o povo na rua, porque povo que pode se organizar sem pagar taxa para o *shopping center* ou para as grandes organizadoras de eventos não dá lucro para os patrocinadores dos políticos pilantras. (Palmas.) Porto Alegre já foi um exemplo, foi a primeira cidade no mundo a ter uma escola especializada em pessoas em situação de rua. Hoje, Porto Alegre tem também um título de primeira: é a capital de pior gestão pública, é a capital que aplica a

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 03AGO2016

---

gentrificação de forma mais fascista hoje, no mundo. E os olhos do mundo estão vendo e comentando, o que é uma vergonha para nós, que um dia tivemos o título de Cidade Criança Cidadã. Hoje nós fechamos, ou tentamos fechar... Nós, não, eles, pois há uma divisão entre nós e eles... Tentam fechar a escola que atende a população de rua, fecha abrigos, caça gente na rua, isso é gentrificação. Gentrificação é um modelo fascista urbanista que tira tudo o que lembra pobreza das ruas para elevar o nível aquisitivo da região, como no Centro de Porto Alegre, e na Porto Alegre inteira, se exclui o povo pobre cada vez para mais longe. Essas taxas... Se fizerem uma festinha para aniversário de criança na Pracinha do Tambor, ali na Andradas, tiveram mais de 30 crianças correndo atrás de uma bola, você vai ter que pagar uma taxa alta para o Município. São mais de 30 crianças – crianças são pessoas, não é mesmo? –, e esse dinheiro vai ser usado para recolher as carrocinhas do pessoal que cata latinha de lixo para poder sobreviver. Ah, mas a verdade é que a ideia da Prefeitura é remover essas vilas, é botar essas vilas para depois da Putinga, para que eles não tenham como estar aqui, puxando uma carrocinha e colhendo uma latinha. Ah, lógico que não vamos sobretaxar a empresa que produz a latinha, ou que vende a latinha, ou que transporta a latinha, porque esses são muito importantes, eles estão lucrando e fazendo o capitalismo crescer e o Estado diminuir. Porto Alegre é uma vergonha, Porto Alegre nos envergonha. Estamos organizados! Os artistas de Porto Alegre resolveram discutir política há alguns anos, pelo menos na minha caminhada, de 2011 para cá, vejo cada vez mais gente conhecida, quando conseguimos nos encontrar. Estamos organizados e comprando a causa pelo direito à Cidade. Nós, artistas de rua, permaneceremos *en la calle*, e conosco traremos o povo. Criminalizar tambor, criminalizar capoeira, porque se tu proíbes o tambor, tu criminalizas a capoeira, tu és racista. Essa é uma administração racista, esse decreto é claramente racista, ele persegue religiões afro. (Palmas.) Temos uma tradicional Semana da Consciência Negra, que acontece no Largo Zumbi dos Palmares, e o decreto permite somente dois dias com uso de tambor na praça, o primeiro e o último. Nos outros dias, por favor, só vão os brancos e os que não tenham religião de matriz africana. É mais ou menos isso que diz o decreto. Então, acho que além de inconstitucional e racista, temos alguns problemas nesta melação institucionalizada da atual gestão. Ah, vou passar o chapéu. Como palhaça e artista de rua, a gente tem sempre que lembrar da tradição de passar o chapéu. Vou

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 03AGO2016

---

passar o capacete, que é mais um ícone de luta, para a gente, no caso de não conseguirmos nada, comprarmos explosivos, não é? Estou passando... (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** Obrigada, Núbia. Com a palavra o Thiago Lazeri, do Bloco da Laje.

**O SR. THIAGO LOBENWEIN LAZERI:** Boa noite. Não tenho a desenvoltura que a Núbia tem, mas vou falar de um caso específico que aconteceu com o nosso bloco de carnaval, que é muito emblemático para falar da bagunça que é a Prefeitura, nas internas. Todos os anos, quando a gente quer sair, a gente sempre avisa todos os órgãos, EPTC, DMLU, a gente sempre faz aquela peregrinação que tu disseste que os artistas têm que fazer, só que neste ano a Prefeitura decidiu dar uma organizada, e aí a gente só conseguiria se a gente falasse com a Secretaria da Juventude, que decidiu, do nada, dar uma organizada no carnaval de rua, como se ele precisasse. Só que a organização deles parte do princípio de que você tenha que estar lá com vários logotipos, da Skol, da Net, e a gente não concorda que o nosso trabalho tenha que estar vinculado a marcas privadas. (Palmas.) Eu acho que o Estado tem que agir na garantia dos direitos dos cidadãos, e não ficar levando ele na lógica do consumidor, somente. Todo ano somos bombardeados com marcas e coisas, e de repente, no carnaval, não precisaria. Mas precisa. E é muito estranho que a Secretaria da Juventude esteja fazendo negócio com a Skol, uma marca de cerveja. Eu tentei, de todos os jeitos, fazer a nossa peregrinação, como a gente tinha feito no nosso acordo no Ministério Público, só que quando a gente chegou na EPTC, nos disseram que não iam dar a liberação, como todos os anos dão, e aí disseram que eles não fariam a escolta, como todos os anos fazem. Só que a EPTC estava lá, e a EPTC multou o Bloco da Laje em R\$ 2.000,00. De todos os blocos que participaram, nenhum deles foi multado, só o nosso foi multado, por obstruir vias. Um bloco de carnaval foi multado por obstruir vias! Vocês percebem o quão absurdo pode ser isso? A gente tentou conversar com o Secretário, ele nos atendeu; tentamos conversar com a EPTC, e a resposta deles foi que eles só cumpriram o Código Brasileiro de Trânsito. Isso é uma piada! A gente só quer denunciar isso aqui porque a gente tem convicção de que é má-fé, que é perseguição política, pelo fato de a gente estar denunciando a tentativa de privatizar os espaços públicos e tentar comercializar o nosso delírio, a nossa felicidade e

---

a nossa vontade de ocupar as ruas com o que existe de mais sério neste mundo, que é a brincadeira. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** Grande Thiago! Agora, a gente vai intercalando entre as intervenções de plenário e as intervenções dos Vereadores. A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra. Antes, quero registrar a presença das Suplentes de Vereador Ariane Leitão e Titi Alvares.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Eu resolvi falar agora, cumprimento a Ver.<sup>a</sup> Fernanda, todos da Mesa, porque já tenho uma proposta de encaminhamento desta reunião, que é irmos, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, nós, todos os Vereadores e todos vocês, coletivamente, até a EPTC para devolver a multa para a Prefeitura. Eu queria, Thiago, que tu aceitasses (Palmas.), mas eu não estou brincando, estou falando sério. Eu acho que a gente deveria marcar, acho que é simbólico, acho que é emblemático, se o Bloco da Laje aceita, que a gente pegue a multa e leve lá, porque eu acho que extrapolou todos os limites do bom senso. Também acho que denota, claramente – e aí eu queria falar isso para a Rosi, para a Ada, fraternalmente, porque eu conheço a Rosi do trabalho aqui na Câmara, é uma menina muito dedicada, competente –, que não há condição nenhuma do trabalho de vocês, sendo proposto por quem é proposto, de ter qualquer intenção ou qualquer resultado, lembrando os três preceitos aqui, que a Ada colocou, do uso do espaço público, resultado autonomia, liberdade e segurança no espaço público. Não tem nenhuma condição de chegar a isso, e digo o porquê. Porque a gestão Fortunati... Já começou com Fogaça, Fortunati e Melo, eles não escondem qual a sua visão do espaço público. Não é a visão que os nossos técnicos amados do planejamento têm do espaço público. Eu vou fazer uma listinha aqui. Começou com o Largo Glênio Peres, retirando as feiras, a Feira da Economia Solidária, todas as feiras. Zeraram, deixaram só a Feira do Peixe; nós, a duras penas, conseguimos recompor uma. Por quê? Porque os lojistas não querem que a feira popular aconteça no espaço popular. Não querem a venda. Depois, a retirada dos camelôs; na sequência, dos carroceiros; na sequência, dos artistas; depois, vendem o Araújo Vianna; depois, o Cais do Porto; Pontal do Estaleiro; a orla e as casas. Porque as pessoas... Nós temos na cidade de Porto Alegre, hoje, 1.900 aluguéis sociais. Vocês sabem o que é isso? A política habitacional de Porto Alegre é aluguel social. Por quê?

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 03AGO2016

---

Porque as obras, a Av. Tronco, o Grêmio, são pensadas, muito mal pensadas, muito mal feitas, estão paralisadas, mas são pensadas a despeito das pessoas terem direito de morar. O espaço público, pela ausência de política pública, virou moradia, rua; assim, no Viaduto Otávio Rocha. Não é que as pessoas não têm o direito de usar a rua, mas elas estão excluídas de todas as políticas públicas emancipatórias de saída, de condição de projeto de vida. Inclusive, do Melo é a lei das carroças. Os carroceiros estão sendo reprimidos, retirados do trabalho de dez, vinte, trinta anos, não são integrados na sua autonomia, na sua soberania, na reciclagem do lixo. Sempre viveram disso e fizeram um trabalho bárbaro para o meio ambiente, e eles estão, cada vez mais, socados para a periferia e impedidos de trabalhar. É a lei do Melo, ele estava aqui na Câmara, ele exigiu, ele lutou, ele estabeleceu prazo, botou uma espada no pescoço. A Ver.<sup>a</sup> Fernanda sabe, nós fizemos uma luta de resistência e não conseguimos, assim como os camelôs. Portanto, Ada e Rosi, não tem nenhuma ingenuidade, nenhuma vontade de desburocratização. Se quisesse desburocratizar, não precisaria fazer decreto. Entrou um pedido para fazer um evento, já entrou pela EPTC, já não precisa nem anunciar, informa as Secretarias todas. “Olha, o pessoal pediu para avisar”. Não precisa ninguém peregrinar, não precisa burocratizar, não precisa impedir. Então, eu acho que aqui os artistas têm muito mais argumentos fortes, vivos do que nós. Nós temos uma clareza de que tem destino nessa lógica de gestão de Cidade, que não é de mediação, é de venda, sim, é de transformar todo o espaço público em espaço de lucro, espaço para exploração. Toda a riqueza da Cidade, os índices construtivos, o que a gente tem se debatido, o patrimônio cultural... O que aconteceu aqui antes do final do ano foi um outro absurdo, o absurdo dos absurdos, uma legislação votada nesta Casa que retira... Ou o Município indeniza as pessoas de classe média, média alta, ou o patrimônio listado como bem cultural sai da lista. Ele deixa de ser patrimônio cultural. Imaginem, então, não é só a Prefeitura, é a maioria nesta Câmara de Vereadores. Então, na verdade, esta rebeldia, esta rebelião e o recado ou o que a gente quer dizer, que a Rosi e a Ada digam para o Prefeito e para o Vice-Prefeito, não tem espaço. Não passarão com mais regra para explorar o espaço público e para oprimir quem vive e faz cultura, entretenimento no espaço público. E sugiro uma ida à EPTC para dar esse recado com a multa na mão. (Palmas.)

---

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** Obrigada, Ver.<sup>a</sup> Sofia. O primeiro encaminhamento, o da EPTC, já está acolhido. Acho que um dos encaminhamentos imediatos, da audiência pública, é a gente fazer uma frente, certamente, não só nós, representando todas aqui junto, com o Bloco da Laje, fazer esse questionamento. A Sra. Pamela, da feira Me Gusta, está com a palavra.

**A SRA. PAMELA CRISTINA THOBER VIDAL:** Oi, gente, boa noite. Eu faço a feira de rua Me Gusta, não sei quantos aqui conhecem. Anotei um monte de coisas que eu queria falar para vocês, muitas coisas já foram ditas e ainda vão ser ditas, então, vou tentar ser o mais breve e objetiva possível, mas eu queria, antes de mais nada, dizer que este decreto não é uma série de regras novas que estão querendo implementar. Essas regras, na verdade, já estão implementadas, essas coisas já são cobradas. A diferença é que tem eventos e artistas que seguem essas regras, outros não seguem. No meu caso, que eu faço a Me Gusta, é impossível esse evento sem ter que pedir esse monte de autorização; senão, não teria como chegar até aqui, na 19ª edição. Na realidade, nem sei como a gente conseguiu chegar nesse número de edições, porque, realmente, é muito trabalhoso. Então, eu queria dizer que eu acho que também não é uma questão de que não vamos discutir o decreto, que não tem que ter decreto. Porque essas coisas, realmente, já são cobradas no dia a dia e não está bom do jeito que está agora. Então, elas têm que ser discutidas para serem melhoradas. Claro que eu não concordo com esse decreto, ele vem dizendo que é para beneficiar e simplificar, mas, na realidade, ele também pode vir muito bem para coibir e prejudicar os eventos de rua. Quanto à diferença entre um e outro, tem uma linha muito tênue, então, é muito perigoso esse decreto estar na rua. Adoraria que ele viesse, realmente, para simplificar e ajudar quem já está fazendo evento de rua ou artistas de rua e tudo mais. Então, só para seguir aqui a ordem do decreto, eu anotei o que eu acho mais importante disso tudo. A primeira questão dos prazos que eles querem aumentar. Eu acho que tinha que diminuir, porque tira muito o caráter espontâneo dos eventos. Por exemplo, quando aconteceu lá de duas ciclistas, no mesmo dia, serem atropeladas e acabarem morrendo, no mesmo final de semana, já teve um Largo Vivo para contestar aquilo. Então, não tem como tu pedires, com 40 dias de antecedência, que tu queres fazer um Largo Vivo para contestar esse tipo de coisa que acontece. (Palmas.) Também a questão de quando tu tens que transferir um evento por causa de chuva,

---

coisas assim, não dá para tu esperares, de novo, 40 dias para saber que dia vai ser o evento. Então, em uma semana, tu tens que saber quando tu vais poder fazer esse evento de novo. Quanto à questão das autorizações, ali tu dizes que há uma série de órgãos aos quais elas têm que ser pedidas; eu peço em todos esses órgãos, por incrível que pareça. Eu entrego uma solicitação na Brigada Militar, assinada, que eu fui lá para avisar que tem o evento; eu comprovo que eu alugo banheiro químico; eu vou na Vigilância Sanitária; eu vou na EPTC; na SMIC; no CAR; eu vou em todos esses órgãos. Inicialmente, eu tinha que pedir tudo pessoalmente. Ainda, quando tinha que transferir por causa de chuva, eu ia duas vezes para levar a solicitação e duas vezes para buscar; então, eu chegava a ir quatro vezes no mesmo mês num órgão público. Isso gasta um tempo enorme da tua vida, porque toda vez que eu vou à SMIC, eu tenho que ficar uma hora esperando para ser atendida. Então, hoje, graças a Deus, já é possível fazer um monte de coisas por *e-mail* ou por telefone, mas, infelizmente, às vezes, alguns órgãos te cobram que tu tens que ter o papel impresso, assinado, toda uma burocracia. Então, seria ótimo, se fosse, realmente, para simplificar, mas não é. Aqui, por esse decreto, eu vou ter que pedir autorização em outros órgãos que eu não estou tendo que pedir atualmente. Então, só complicaria mais ainda a minha vida e a vida de quem faz...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**A SRA. PAMELA CRISTINA THOBER VIDAL:** Na realidade, a gente cobra para custear o evento. Porque, por exemplo...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**A SRA. PAMELA CRISTINA THOBER VIDAL:** A gente pode debater, pelo menos, sobre isso. Só que eu queria poder seguir, e a gente, realmente, pode conversar sobre isso. Por exemplo, na Serenata Iluminada, não é cobrado nada de ninguém, mas também não tem banheiro.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** A minha pergunta é, tu consegues licença na SMIC e na SMAM, mesmo sem ter respaldo legal para conseguir essa licença?

**A SRA. PAMELA CRISTINA THOBER VIDAL:** Consigo. Eu só queria fazer um adendo, que...

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** Vamos garantir a inscrição. Está feito o teu registro.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**A SRA. PAMELA CRISTINA THOBER VIDAL:** Essa é uma outra pauta que tem que ser debatida, mas eu gostaria de explicar que a gente trabalha um mês inteiro para fazer um evento de rua, a gente divulga, contrata assessor de imprensa, aluga banheiro químico; o evento tem custos e tem trabalho por trás. Então, eu não acho errado eu cobrar pelo meu trabalho, mas a gente pode conversar sobre isso.

(Manifestações nas galerias.)

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** Por favor, senão a audiência não termina!

**A SRA. PAMELA CRISTINA THOBER VIDAL:** Eu sei que tem várias pessoas que tentam produzir eventos de rua e não conseguem autorização, e vocês não têm que cobrar de mim, têm que cobrar de quem não está dando essas autorizações para vocês, porque o certo seria dar essas autorizações também. (Palmas.)

Seguindo. Sobre essas questões das autorizações, é um excesso de órgãos públicos, é um excesso de burocracia, os órgãos públicos são desarticulados entre eles, e isso acaba gerando... Muitas vezes, é difícil cumprir o prazo deles, inviabiliza o evento; muitas vezes isso incentiva a realização dos eventos sem autorização e sem pedido mesmo, porque, se tu vais seguir essa série de burocracias, não faz sentido, não tem lógica. Eu questiono muito isso: que vantagem eu tenho ao pedir todas essas autorizações, eu passo um trabalho do cão, enquanto a Serenata Iluminada vai lá e é feita. Eu não estou, de forma alguma, dizendo que não acho isso certo, mas, tu entendes, tu tens um evento que é feito



---

de uma forma totalmente espontânea e sem pedido, e outro que tem que seguir uma “caralhada” de regras; enfim, eu optei por seguir essas regras.

Sobre a questão dos custos, obviamente, eu e todo mundo somos contra pagar esses custos, porque os espaços são públicos. Eles alegam que a taxa é pelo uso do próprio espaço e pela demanda de serviços, mas eu acho que limpeza, segurança e iluminação são serviços que já deveriam ser disponibilizados. Não é porque tem um evento maior ou menor que aí, então, os órgãos públicos vão lá efetuar esse serviço.

Também no decreto diz que, em vez de pagar taxas, tu podes oferecer uma contrapartida. Acho que seria a melhor ideia, ofereceres uma contrapartida de criar uma consciência de recolher o lixo e de tantas outras coisas que podem ser feitas.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**A SRA. PAMELA CRISTINA THOBER VIDAL:** *O.k!* Concordo, só estou dizendo que, se tens que deixar algum legado, que seja alguma coisa socioeducativa, e não pagamento. Só queria também que a gente percebesse que o espaço é público enquanto é um espaço de passagem. Enquanto tu estás indo para o trabalho, ou voltando do trabalho, indo para a aula, ou voltando da aula, ele é um espaço público. Agora, se tu quiseres sentar nesse espaço e permanecer, tu tens que pagar; então, na realidade, ele não é um espaço público. (Palmas.)

Não vou conseguir falar tudo que eu tinha para falar, mas só queria dizer que alguns órgãos públicos têm boa vontade em ajudar, e eu acho que a gente está construindo muitas coisas, mas parece que todo mês tem um pepino novo, tem uma situação nova, é muita falta de informação, eles mudam de ideia o tempo todo, mudam as regras. Eu só queria rapidinho contar que, todo mês, tem um pepino, e o desta vez, neste mês, é que a SMAM está me cobrando R\$ 7.300,00 por ter feito a última Me Gusta na praça. Além de eles estarem cobrando taxa por utilizar a praça, eles ainda estão dizendo que, se eu não pagar esse valor, eles não vão analisar mais nenhum dos meus pedidos.

Então, é isso, finalizo contando isso para vocês.

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** Isso pode entrar também no encaminhamento anterior, que tem a ver com a EPTC, com o Bloco da Laje, a gente

também inclui o tema da SMAM, porque, evidentemente, é parte de uma mesma lógica de privatizar o espaço público e querer que uma feira, que é na praça, pague R\$ 7 mil para ser na praça. Pode ser?

**A SRA. PAMELA CRISTINA THOBER VIDAL:** Eu não paguei ainda, só que, por exemplo, a próxima Me Gusta será no dia 21, e eles ainda não analisaram meus pedidos, porque eles estão me coagindo a pagar esse valor.

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** Nossa, R\$ 7 mil?

**A SRA. PAMELA CRISTINA THOBER VIDAL:** Gente, R\$ 7.300,00 para usar uma praça que está abandonada, cheia de moradores de rua, e que tu vês todos os moradores do entorno dizendo que adoraram o evento e que estão felizes em poder utilizar aquela praça.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**A SRA. PAMELA CRISTINA THOBER VIDAL:** Eu não sou contra os moradores de rua, inclusive, quando as pessoas falam que tem que tirar, eu não acho que tem que tirar, eu acho que tem que gerar uma inclusão. É isso.

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** Obrigada, Pamela. A Claudia Favaro, do MTST, está com a palavra.

**A SRA. CLAUDIA FAVARO:** Boa noite a todos e a todas! Boa noite! Para barrar esse decreto tem que ter energia, gente!

(Manifestações nas galerias.)

**A SRA. CLAUDIA FAVARO:** Eu sou militante do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST, e talvez alguns possam se perguntar o que o Movimento dos Sem-Teto está fazendo aqui, discutindo arte, cultura; a pauta do movimento não é moradia? A gente

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 03AGO2016

---

não quer só comida; a gente quer comida, diversão e arte! A gente não quer só moradia; a gente quer moradia, diversão e arte! (Palmas.) A cultura da periferia é uma cultura fantástica e é historicamente apropriada pelos diversos setores da sociedade – como o samba, o *funk* e todas as formas de expressão da periferia. Só que, quando a gente chega no Centro da Cidade, para demonstrar a nossa cultura, para exercitar a nossa cultura, a gente é taxado de vagabundo, a gente é taxado de baderneiro, a gente apanha da polícia, a gente toma pau e tem que voltar lá para a periferia, onde não tem espaço público, onde não tem um local para fazer uma feira, onde não tem um local para as nossas crianças se divertirem, onde não tem teatro, onde não tem cinema e também não tem transporte para levar a periferia até o Centro da Cidade, porque tem que pagar uma fortuna. O MTST defende uma cidade onde a periferia esteja no centro, e o centro esteja na periferia! Nós não podemos construir uma cidade cheia de muros, um espaço público onde, de um lado, fiquem os ricos e, do outro lado, fiquem os pobres. Nós precisamos de uma cidade incluyente, uma cidade para todos, como estavam dizendo naquela apresentação ali. É essa a cidade que nós queremos construir. E acho que a primeira pessoa que deveria ver, Ada, essa tua apresentação, é o Vice-Prefeito Municipal desta Cidade, o Sebastião Melo, que, intransigentemente, não dialoga com os movimentos sociais de maneira alguma. Nós, enquanto MTST, já por diversas vezes colocamos nossas pautas e tentamos, em reuniões, negociar, mas eles não negociam, eles não reconhecem os movimentos sociais, eles não querem debater a cidadania, eles não querem ouvir a população. Eles querem dizer que política se faz no voto de quatro em quatro anos, e nós vamos demonstrar que política se faz todo dia, se faz na ação direta, na rua! (Palmas.)

Nós viemos dizer que estamos num tempo de levantar a cabeça acima da boiada, porque são tempos de tudo ou nada! Esse decreto que está aqui não é isolado na política municipal de Porto Alegre. Esse decreto faz parte de uma política duma cidade higienista, que, junto com outras diversas leis, como a da Tronco, como os projetos todos que estão sendo feitos de revitalização urbana da Cidade, só servem para expulsar os pobres cada vez mais para mais longe, para que eles não sejam vistos pela alta burguesia e pelos empresários que financiam as campanhas.

Eu queria dizer, também para denunciar essa política, e agora falando de falta de moradia, que nós cansamos de reunião. Nós, desde o dia 14 do mês passado, estamos

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 03AGO2016

---

ocupando o Departamento Municipal de Habitação com três movimentos sociais, para dizer que, nesta Cidade, não tem política de moradia! Concordo com a Sofia Cavedon, quando ela fala do aluguel social. E não é só isso: são 1.900 aluguéis sociais, e eles simplesmente não são pagos! O Richard também vai falar um pouco sobre isso depois.

Eu queria dizer que nós estamos num tempo em que temos que retomar os nossos territórios, nós temos que retomar a Cidade, e falar de território é falar de espaço público, é falar das escolas, é falar do DEMHAB, é falar dos prédios públicos, é falar da rua, é falar da fábrica, é falar de todos os espaços onde a classe trabalhadora se organiza, e a classe trabalhadora precisa ter espaço dentro da Cidade, e o espaço dentro da Cidade para a classe trabalhadora não é a Prefeitura que vai dizer qual é, somos nós que vamos dizer onde nós vamos estar e onde nós vamos permanecer.

Esse decreto é desnecessário. Minha sugestão é fazer um *site*. Vocês não querem fazer um *site*? Fazer um *site* não é fazer lei; fazer um *site* é fazer um *site*, fazer lei é fazer lei! Se a Prefeitura quer dialogar no sentido de fazer lei, bom, vamos disputar na Justiça. Foi o que aconteceu no DEMHAB: eles não queriam dialogar, foram para a Justiça pedir reintegração de posse. Foi lá a juíza e negou – toma, Melo! –, foi lá o Desembargador e condicionou – negocia, Melo! Tomou de novo! E agora entraram com um recurso, hoje mesmo, pedindo para sair. Tu achas que nós vamos sair para fazer reunião daqui a uma semana? Dividir os movimentos sociais? Vai ter que botar a polícia para nos tirar, quero ver passar vergonha! (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** Obrigada, Claudia. Registro a presença do Ver. Marcelo Sgarbossa.

O Richard de Campos, do Movimento Nacional da População de Rua – MNPR, está com a palavra.

**O SR. RICHARD DE CAMPOS:** Boa noite a todos e todas, queria dizer que falar depois da Claudia é sempre um problema, porque ela é muito completa nas suas falas, mas quero dizer que, quando, ontem, a companheirada foi até a ocupação e nos provocou a participar da audiência de hoje, nós nos sentimos provocados a participar deste debate, principalmente porque nós temos convicção de que, por trás de todos esses artigos, incisos e tantas coisas que tem nesse decreto, tem, na verdade, no fundo, uma visão de

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 03AGO2016

---

cidade que se quer, que é uma cidade higienista, que tem sido construída, ao longo dos últimos anos, pelas últimas gestões da Prefeitura de Porto Alegre. Felizmente, as pessoas em situação de rua se organizaram em nível nacional, desde 2004, em função de uma tragédia que aconteceu em São Paulo, quando oito pessoas em situação de rua foram mortas pela Polícia Militar daquele Estado. Eu só queria corrigir a camarada que veio anteriormente aqui e disse que gostaria muito que as pessoas fossem incluídas. Eu tenho convicção de que as pessoas em situação de rua já estão incluídas na sociedade. Talvez o que falte é um olhar dessa sociedade capitalista, misógina, burguesa, fascista, machista e homofóbica para reconhecer que as pessoas em situação de rua também são parte desta Cidade. No que depender de nós, esse debate vai estar cada vez mais aberto nas nossas falas. Como a Cláudia bem disse, há 20 dias, nós estamos ocupando a sede do Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre. Nós decidimos convocar os outros movimentos para partilharem essa luta, porque, de fato, nós estávamos cansados de reuniões.

Em 2014, o Prefeito da Cidade criou um comitê, o que não resolve absolutamente nada para as pessoas em situação de rua, para discutir as questões específicas. Uma das pautas era a questão da moradia. Aí se criou um programa de aluguel social específico para pessoas em situação de rua que não tem sido executado, estão em atraso alguns casos desde setembro do ano passado. Nós já tivemos camaradas que, depois da Prefeitura conceder o aluguel social e de terem o direito de ir para uma casa, de reconstruir a sua vida, foram despejados, e hoje voltaram para o viaduto Otávio Rocha, voltaram para as praças e tantos outros logradouros desta Cidade. Nós decidimos que era hora de radicalizar a luta, e, com muito orgulho, o Movimento da População de Rua partilha da ocupação do DEMHAB, para dizer para esta Cidade, sobretudo para o candidato a Prefeito nas próximas eleições Sebastião Melo, que, no que depender a gente, nós vamos estar denunciando, todos os dias, as violações de direitos que as pessoas em situação de rua sofrem e também dos outros camaradas dos outros movimentos. Queremos dizer aqui que, no que depender da gente, vai ter unidade de luta sim, vai ter unidade dos artistas, das pessoas em situação de rua, dos estudantes dependentes e vamos estar denunciando todos esses governos fascistas que de nada adiantam para a solução dos problemas das comunidades e das pessoas mais carentes desta Cidade. Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** O Marcelo Restori está com a palavra.

**O SR. MARCELO RESTORI DA CUNHA:** Primeiramente, fora Temer, Sartori e Melo! (Palmas.) Sofia, vou aproveitar o teu convite, mas também sei que é outra esfera, ir na... (Ininteligível.) ...para tirar a gurizada que foi criminalizada por lutar pelo seu direito à educação.

No teu trabalho, eles prestam exatamente um discurso, mas as fotos denunciam o que é essa gestão. Nós só vimos carros ali, com exceção do Dilúvio e do Morro do Osso, e, quando tinha gente, era uma simulação virtual, que são as propagandas. Ou seja, isso denuncia – são três mandatos: os dois do Fogaça, o do Fortunati e o Melo – o que fazem com esta Cidade.

Pegando o gancho da questão do espaço público, tu disseste que só vieste aqui para discutir espaço público. Mas o que é o espaço público se não as relações humanas? A gente se esquece disso. Esse decreto inviabiliza as relações humanas como já vêm inviabilizando as relações humanas há muito tempo nesta Cidade. Eu sou de um tempo que esta Cidade era feliz, que as pessoas acreditavam que eram alguma coisa. Hoje é uma cidade triste. Tu falaste do conflito, o conflito não é problema. Quando há diálogo, o conflito se resolve, mas nós estamos além disso, nós estamos na barbárie, porque nós estamos abrindo mão da cultura, e, quando se abre mão da cultura, e estou falando cultura não só como expressão de linguagem, mas como expressão social, que inclui tudo o que se falou aqui... Então é isso que nós estamos vivendo, uma cidade no rumo da barbárie. E aí vem um decreto, me desculpa, por melhor que seja o teu trabalho, eu não vim aqui para assistir uma aulinha behaviorista, à direita do quadro, que não é nem para frente... (ininteligível.) Isso expressa como é esta gestão. Está escancarado! (Palmas.)

A segunda é teu piti, entende? Eu tenho que falar nisso, porque nós somos cidadãos e temos direito de ouvir isso. Quando tu falas que está havendo uma comissão que ninguém apareceu, primeiro, nós não fomos convidados e, se fôssemos, nós não iríamos, porque a gente não quer esse decreto. Esse decreto não queremos! Fora decreto também!

Só para finalizar: suruba não se organiza. (Palmas.)

---

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** O Hamilton Leite está com a palavra.

**O SR. HAMILTON GARCIA LEITE:** Boa noite a todas e a todos, obrigado pela explanação de todos. Marcelo, metade do que eu ia falar tu já falaste aqui. A nossa pauta aqui não é só por uma questão de espaço público, mas de políticas públicas reais para a sociedade. Elas passam pela educação, elas passam pela cultura, pela saúde, pela mobilidade urbana. Somos a favor sim da questão da moradia e de várias outras coisas, porque está tudo conectado, inclusive o Cais Mauá, o Hospital Psiquiátrico São Pedro, que tem que ser discutido por toda a sociedade de Porto Alegre, e não só pelos grupos que estão lá nem pelo Estado, ou seja, nós temos algumas coisas muito fortes para falar. Primeiro, quando eu era Conselheiro Municipal de Cultura, eu pedi a presença do Sebastião Melo para falar sobre esse decreto, que, para mim, era um *control C*, *control V*. Quer dizer, é extremamente malfeito. Aí quando surge a polemização dos arteiros de rua, se diz que não existia esse decreto. A gente psicografou esse decreto. Aí, depois, foi indo, foi indo: “Ah, não, o decreto existe.” Aí eu ouvi, no Conselho Municipal de Cultura, pessoas do Governo pedindo que algumas pessoas do Conselho Municipal de Cultura da sociedade civil viessem a participar. Nós não queremos participar dessa forma. Não teve nenhuma contribuição? Não teve porque ninguém aqui quer contribuir ou assinar embaixo de uma visão retrógrada, em que eu coloco um monte de coisinhas que qualquer fascista que tiver isso aqui na mão faz uma ditadura da nossa Cidade. Isso aqui não pode existir! E outra: nós temos que construir juntos. É quem está na rua que tem que construir, é quem trabalha na rua, quem faz arte de rua, quem faz evento também, mas vamos tentar significar coisas e coisas. O Largo Zumbi dos Palmares, por exemplo, em 2004, é assinada com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre uma questão com o Ministério Público que diz que não pode se tocar um instrumento musical. Não é só os dois dias que está escrito. É proibido fazer capoeira no Largo Zumbi dos Palmares, gente! Onde é que a gente está? Em que cidade a gente está? Isso é higienização. Eu quero dizer também uma coisa muito clara: mais uma vez, a gente pediu, no Conselho Municipal de Cultura, a presença do Melo, ele não foi. A gente pediu aqui a presença do Melo, ele não veio. A gente tem o maior respeito pelos funcionários públicos de Porto Alegre, sejam eles da saúde, de habitação, mas só um pouquinho! Quem tem que responder por isso é o Sebastião Melo, gente, não são os funcionários públicos que têm que...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**O SR. HAMILTON GARCIA LEITE:** Bom, eu acho que a gente tem que aqui também, nesta audiência pública, tirar uma resolução para acabar com o que acontece no Largo Zumbi dos Palmares, porque é patético o que acontece lá. Parece que nada pode no Largo Zumbi dos Palmares. Nada pode! Gente, só um pouquinho!

Outra coisa que é extremamente importante também, que a gente vê aqui, como o Fabinho falou, não aparece a periferia de Porto Alegre. O que a gente tinha na descentralização da cultura há um tempo hoje inexistente! Hoje não se levam espetáculos para a periferia, o CEU da Lomba do Pinheiro está na metade, o CEU da Restinga não existe. Bom, é isso. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** Muito obrigada, Hamilton. O Sr. Frederico Corrêa Restori, do Comitê das Escolas Independentes, está com a palavra.

**O SR. FREDERICO CORRÊA RESTORI:** Boa noite. Para mim, é tão estranho ver um decreto que vem de cima para baixo... Nós ficamos encarcerados nas nossas escolas há tempos e, quando nós saímos, ocupamos as nossas escolas, quando vamos para as ruas para querer existir, para mostrar que queremos participar e viver numa cidade com cultura, com arte, para que nós possamos andar por esta Cidade fazendo parte das relações humanas, vem um decreto dizendo que nós temos que pagar, temos que pedir autorização para nos manifestarmos nas ruas. Por acaso essa gestão pediu autorização para aumentar a passagem para o meu colega que vem lá da Hípica? Pelo amor de Deus!

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**O SR. FREDERICO CORRÊA RESTORI:** Sim, a gente vive com ratos nas escolas. A gente ocupa para nada, não é? E, agora, além disso, a gente ainda tem que pedir autorização para a Brigada. Tem dez pessoas – oito estudantes, um jornalista e um cinegrafista – que estão correndo risco de serem presos. Hoje saiu a denúncia no Ministério Público. Vocês querem que a gente peça autorização para eles, que foram lá e



Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 03AGO2016

---

espancaram os estudantes? A gente não quer esse decreto, esse decreto é fascista e ele não pode passar! E, se passar, a gente ocupa a Prefeitura!

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** Obrigada, Frederico. O Sr. Leonardo Melgarejo, da Agapan, está com a palavra.

**O SR. LEONARDO MELGAREJO:** Boa noite, senhoras e senhores. Prometo ser breve, até porque o assunto já foi praticamente mastigado de forma bem clara. Esse projeto de decreto caracteriza intenções, como o belo trabalho que a Ada demonstrou, que contrariam tendências mundiais de apropriação coletiva dos espaços públicos. E um projeto de lei que contraria tendências mundiais procura caracterizar e fortalecer um processo que contraria os interesses da nossa sociedade. Então, resumindo a fala sobre o projeto nesse ponto, quero fazer um convite e um pedido.

O pedido é que a Ver.<sup>a</sup> Fernanda, que atendeu, de forma tão rápida e objetiva, os anseios deste grupo e conseguiu que esta audiência pública fosse realizada, verifique a possibilidade de a Câmara responder ao pedido da Agapan e do IAB sobre a audiência pública do Cais do Porto, que já está aqui há uns 60 dias. A Agapan tem CNPJ há quase 50 anos, portanto, é uma instituição bastante antiga – é a instituição ambiental mais antiga da América Latina – e tem uma credibilidade associada às angústias que expressou em relação a situações que considerava inadmissíveis. É inadmissível que um jornalista, no exercício da profissão, seja criminalizado. É inadmissível! É inadmissível que o Bloco da Laje, que está para Porto Alegre assim como o Olodum está para Salvador, seja criminalizado. É inadmissível que um projeto dessa natureza se concretize, vá além da minuta. Então, nós também somos contra qualquer passo avante nessa direção.

O convite é para 1ª Conferência Popular de Porto Alegre, que está sendo organizada pelo Coletivo a Cidade que Queremos, que discute temas desse tipo. Será sábado, no auditório do CPERS – se alguém não sabe, o endereço é Av. Alberto Bins, 480. Será o dia todo, começa às 9h e termina às 17h. Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** Obrigada, Leonardo. Após o último inscrito, o Ver. Marcelo Sgarbossa, teremos os encaminhamentos.

---

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Boa noite a todos. Eu não peguei o início, então não posso comentar em cima. Primeiro, vou falar sobre um tema... Vocês viram a propaganda do pagamento do IPTU antecipado no ano passado? Não lembram? Era todo mundo pedalando na Cidade, como se as ciclovias fossem maravilhosas. Está cheio de ciclovias, são 500 quilômetros previstos, só tem 30 feitos – zig-zag, tem que virar para esperar abrir, etc., nem vou falar sobre tudo.

O que eu quero fazer? Não quero fazer aqui um discurso, mas quero dizer que a coisa é tão perversa que mesmo uma coisa que está, digamos assim, totalmente errada, que se faz em migalhas, se faz onde mais aparece, as mortes de ciclistas são mais na periferia do que na região central, mas as ciclovias são feitas aqui, porque é onde mais aparece... No entanto, na propaganda da Prefeitura de pagamento antecipado de IPTU, aparecem pessoas se divertindo, a Cidade alegre e tal. Então, com esse tema da ocupação do espaço público, o meu receio é que comece a campanha eleitoral, e o Melo diga o seguinte: “E nos espaços públicos, fizemos o debate do Código de Convivência e disciplinamos os conflitos que havia.” E isso, gente, infelizmente, para a grande massa que está ali hipnotizada pela televisão passa. Então, o que eu quero dar de sugestão? Acho que muitos aqui trabalham na rua, são artistas. Nas suas manifestações, utilizem uma parte para dizer isso, politizem. Não precisa citar nomes, mas digam: existe um decreto que vai nos cobrar para começar...

Eu queria falar sobre outra coisa, não sei se alguém já falou a respeito. Sempre que nós organizávamos passeios ciclísticos, íamos lá na EPTC e informávamos que ia ter uma manifestação. Sempre o mesmo senhor dizia: “Nós vamos analisar o seu pedido. Daqui a alguns dias, deferimos ou não.” Eu sempre repetia que, de acordo com o art. 5º da Constituição, eu deveria informar por se tratar de uma manifestação. Eu acho que a gente não pode abrir mão disso. A Constituição diz que, quando as pessoas se reúnem pacificamente, basta apenas avisar, e a autoridade não tem que autorizar ou não.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Bom, se não for pacífico, daí é outra coisa! Claro que não é tão simples assim, mas eu acho que nós estamos abrindo mão de uma coisa que está na Constituição. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** Obrigada, gente. Para a gente poder encaminhar a nossa reunião, não sei se algum dos movimentos quer fazer alguma consideração de um ou dois minutos. A gente encaminha rapidamente, para seguir a mobilização.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Dois pontos só. Primeiro, quero falar sobre essa questão que o decreto coloca quanto à necessidade de comunicação da realização do evento para a Brigada Militar. O art. 5º da Constituição fala sobre a comunicação prévia, mas essa necessidade de comunicação não pode se transformar numa obrigatoriedade, de modo que, no caso de não comunicar o Poder Público sobre a realização do evento, isso não se constitua num impeditivo para a realização do evento. Isso eu acho bem complicado, porque pode abrir margem para qualquer coisa, e a gente sabe qual é a linha do Sebastião Melo.

Em relação ao nosso colega comerciante, os problemas em relação ao nível de poluição sonora que o senhor relata, eles já têm uma legislação específica, que é a legislação da SMAM. Tem que acionar a SMAM para resolver esse problema. Essa ideia de que, como mágica, o decreto vai resolver os problemas da Cidade... Não vai resolver, porque a gente já tem uma legislação, ele só está fazendo referência a uma legislação que já existe, ele não vai resolver esse problema. Tem que cobrar da Prefeitura a fiscalização dos excessos, mas, enfim, tu estás no teu direito. É mais ou menos como aconteceu na Cidade Baixa: o decreto não ajudou na... (Ininteligível.) ...de alvará dos bares, mas se colocou essa questão. Agora, tirou as pessoas da Cidade Baixa.

Último encaminhamento, e agora falando como arteiros da rua, a posição do coletivo – na verdade, seria um coletivo de coletivos – em relação ao decreto é: não tem negociação, não tem decreto. A gente não vai sentar com a Prefeitura para negociar nada.

(Manifestações nas galerias.)

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** Na verdade, eu fiz aqui uma questão com a Mesa. A nossa ideia, neste momento final, era tentar encaminhar a audiência; eu acho que todos nós estamos cansados de audiências que não deliberam ou que sequer

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 03AGO2016

---

saem do papel. Então, primeiro, quero registrar para a Agapam e para a Cidade que Queremos – e já falamos com a Diretoria Legislativa –, que nós vamos lutar junto com vocês, para que a Câmara faça audiência sobre o Cais, pois há um projeto privatista do Cais que, em nove anos, teve uma única reunião, pela força da lei, para poder mexer no regime urbanístico que permitiu *shopping*, estacionamento, torre de cem metros e que, na verdade, já deixou de vigorar. A lei sobre o Cais já não pode mais vigorar e, portanto, esse empreendimento não poderia sair, mas é obvio que, numa lógica privatista, eles querem seguir com uma empresa, no mínimo, suspeita e que quer exatamente, sem falar nas licenças ambientais, reforçar a ideia da privatização dos espaços públicos.

Então, neste bloco de encaminhamentos, tem o da Usina do Gasômetro, há vários temas, queremos nos comprometer com algumas coisas, para que, com essa pressão, façamos uma audiência pública com o mesmo empenho com que batalhamos por esta de hoje. Pois vocês sabem, eu fiz o requerimento para que houvesse a data enfim e ela pudesse acontecer. Segundo, que houvesse a reunião com a EPTC para pedir a não exigência dessa multa absurda do Bloco da Laje. Eu nunca vi, um bloco de carnaval de rua não ocupar a rua; se alguém já viu um bloco de carnaval de rua não ocupar a rua, só pode ser alguém que está numa lógica extremamente criminilizatória dos movimentos sociais, culturais e populares. Então, por óbvio, o Bloco da Laje, assim como a Me Gusta, com a SMAM, a gente pode tentar agendar reuniões amanhã para levar essa demanda da audiência pública. Mas o maior encaminhamento aqui é que na nossa opinião não tem que ter decreto, e é importante que isso fique registrado, porque não queremos participar de um GT, e não é por que tenhamos alguma restrição do tipo não queremos estar lá com a Rosi ou com a Ada; é porque temos convicção de que o conjunto do decreto não presta para nada, a não ser uma lógica de privatizar os espaços públicos do início ao fim. Nós temos a convicção de que a arte não precisa de decreto, de que a ocupação dos espaços públicos não precisa de decreto; nós temos a convicção de que esse decreto abre margem para fortalecer – não é abrir a porteira –, mas permanecer numa lógica de privatização dos espaços públicos. Lemos o decreto, sabemos que o decreto pode enquadrar a Serenata Iluminada; a gente sabe que o decreto pode enquadrar a comunidade que resolver fazer aniversário numa praça pública; a gente sabe que o decreto pode, sim, enquadrar artistas de rua, porque, embora diga que não enquadra artista de rua, tem grande, médio e longo impacto. Na verdade, a gente sabe que pode

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 03AGO2016

---

inclusive enquadrar atividades esportivas, procissões... Está escrito; está escrito! Se o problema forem os procedimentos, como têm sido o argumento, e eu sempre faço a separação do técnico com quem representam, se fosse para isso, bastaria fazer um procedimento padrão, um protocolo, um aplicativo, uma entrada única na Prefeitura que responda por todas as Secretarias, para que aquele que quiser fazer arte possa ter garantido o espaço naquele local. Então, este encaminhamento é muito importante. Nós marcamos esta audiência com a convicção de que ela era parte de uma mobilização, que era parte de uma mobilização da cidadania contra a tentativa de retirar o direito da cidadania de usufruir das praças e dos parques da Cidade. Ela é praticamente um reforço de uma política que, lamentavelmente tem sido feita na cidade de Porto Alegre, de higienização social em que o povo pobre é retirado, vai para as periferias onde não tem os equipamentos públicos; vocês sabem. Vocês, artistas, sabem que 88% dos equipamentos públicos estão na região central da Cidade, sabem que desde a década de 70 não se constrói um novo teatro, que esse orçamento de 2016 é o pior orçamento da história de Porto Alegre para a área da cultura; vocês sabem que a descentralização está sendo atacada. Então, é parte de uma política que tem a ver com a política habitacional, do aluguel social, da pauta legítima da Vila Dique, e eu sei que o pessoal já foi lá, do MST e do MNPSR, e isso é muito importante, porque, embora esta audiência seja sobre o uso dos espaços públicos no decreto, nós também temos que reforçar a luta dos companheiros e das companheiras para que haja negociação real para o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, para o pessoal da Vila Dique que está lá abandonado, e a Prefeitura quer reassentar. Quando as pessoas podem e devem morar lá, para negociar com os Lanceiros Negros que está com uma reintegração de posse, embora aquele prédio estivesse há dez anos abandonado, eles foram lá, ocuparam, e o Estado quer retirá-los, na marra, com a polícia. Então nós temos que reforçar a luta também dos companheiros. Eu quero encaminhar nesse sentido, assim como encaminhar uma solidariedade aos estudantes que estão sendo criminalizados, porque ocupar escola é um direito diante do massacre do Governo Sartori, porque não se pode aceitar a criminalização da luta. São encaminhamentos políticos que reforçam a luta dos movimentos, mas que partem de uma compreensão, e se quiserem uma cidade dos negócios, nós vamos lutar por uma cidade das pessoas; se quiserem nos enfiar goela abaixo uma cidade da privatização, nós vamos lutar por uma cidade da arte, da cultura, e

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 03AGO2016

---

vamos conseguir isso fazendo uma cidade de luta, de mobilização. Porto Alegre vive com essa contradição, por uma lado ataques, por outro lado povo que resiste, e para isso é fundamental que a gente ocupe as praças, os parques, para construir esta Cidade rebelde. Eu quero concluir com esse encaminhamento para a Prefeitura, no sentido de que o decreto seja arquivado, porque nós não aceitamos negociar nem a lei do artista de rua, mas, sobretudo, avançar nesse tema de combater a lógica da privatização dos espaços públicos, mas eu quero que todos que estão aqui presentes saibam que esse é apenas um passo da luta, nós já vivemos muitos ataques. Nós vivemos o ataque ao pontal do estaleiro e conseguimos, parcialmente, derrubar a tentativa de moradias lá; nós já vivemos e seguimos lutando no Cais; nós já vivemos a privatização do Auditório Araújo Vianna; nós já vivemos a construção da lei do artista de rua e a tentativa de retirar a lei do artista de rua. Então, a luta não acaba aqui, é importante seguirmos conectados para garantirmos mobilizações de rua e manifestações. Se Maomé não vai até a montanha, a montanha vai até Maomé – está na hora de fazer outro ato na frente da Prefeitura para que assim o Governo nos ouça, já que se recusa a vir aqui discutir com a cidadania. Eu quero agradecer a presença de todos e de todas. Estão feitos aqui os nossos encaminhamentos. É luta que segue! (Palmas.)

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente audiência pública.